



Universidade de Aveiro  
2021

**MIGUEL ÂNGELO  
SILVA RODRIGUES**

**ARMAZÉM DO FAZ TUDO: UM PROJETO LOCAL  
PARA A PROMOÇÃO DA ECONOMIA CIRCULAR E  
COLABORATIVA EM S. SALVADOR - ÍLHAVO**



Universidade de Aveiro  
2021

**MIGUEL ÂNGELO  
SILVA RODRIGUES**

**ARMAZÉM DO FAZ TUDO: UM PROJETO LOCAL  
PARA A PROMOÇÃO DA ECONOMIA CIRCULAR E  
COLABORATIVA EM S. SALVADOR - ÍLHAVO**

Relatório de Estágio apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Planeamento Regional e Urbano, realizada sob a co-orientação científica da Doutora Sara Moreno Pires, Professora Auxiliar do Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da Universidade de Aveiro e Doutor Artur Rosa Pires, Professor Catedrático do Departamento de Ciências Sociais Políticas e do Território da Universidade de Aveiro

## **o júri**

presidente

**Prof. Doutor Fernando Manuel Martins Nogueira**  
Professor Auxiliar, Universidade de Aveiro

(vogal – arguente principal)

**Prof<sup>ª</sup>. Doutora Marta Alexandra da Costa Ferreira Dias**  
Professora Auxiliar, Universidade de Aveiro

(vogal – orientadora)

**Prof<sup>ª</sup>. Doutora Sara Margarida Moreno Pires**  
Professora Auxiliar, Universidade de Aveiro

## **agradecimentos**

Aos meus orientadores, Prof<sup>o</sup>. Artur Rosa Pires que tornou o estágio possível e Prof<sup>a</sup>. Sara Moreno Pires que acompanhou e orientou o desenvolvimento deste trabalho.

À equipa da Junta de Freguesia de S. Salvador – Ílhavo, pela boa receptividade e hospitalidade durante o estágio.

Aos meus pais, por sempre apoiarem as minhas decisões. Sem eles, nada disto era possível.

À Mafalda, por ser a motivação para todos os dias me tornar uma pessoa melhor, pela companhia durante esta fase e acima de tudo, pelo amor.

À TOCA (Carlos, Gabriel e Leandro), que foram a família que Aveiro me deu. Durante o nosso percurso académico, vivemos experiências que levo para sempre na memória, destes que são os melhores anos das nossas vidas.

Ao André Antunes, pelas sessões de consultoria e, que sem saber, foi parte fundamental deste trabalho.

Ao NEAP-AAUAv, constituído por pessoas incríveis que me acompanharam durante o Mestrado, com as quais cresci muito, não só como pessoa, mas também como um futuro profissional. Em especial ao António Eira, pela amizade e sobretudo por ter acreditado num potencial que eu mesmo desconhecia.

A todos os que se cruzaram comigo nos últimos três anos, e que direta ou indiretamente, contribuíram para a pessoa que sou hoje.

## palavras-chave

economia circular, economia colaborativa, iniciativas locais, consumo sustentável, plataforma de partilha

## resumo

A economia circular é um modelo económico que se foca na diminuição do consumo de recursos através da redução do desperdício de energia e de materiais ao longo da cadeia de valor dos produtos, desde a sua produção até à utilização e fim de vida. Este modelo deu origem a um submodelo, intitulado de economia colaborativa, baseado na partilha de produtos subutilizados, de espaços e habilidades, para obter benefícios monetários e não monetários, focado principalmente em transações entre consumidores.

O presente trabalho é o resultado do estágio curricular do Mestrado em Planeamento Regional e Urbano, realizado no Armazém do Faz Tudo, um projeto baseado na economia circular e colaborativa criado pela Junta de Freguesia de S. Salvador em Ílhavo. Neste armazém comunitário, os objetos velhos ou obsoletos encontram uma nova vida e o principal objetivo é a consciencialização da população para hábitos de consumo mais sustentáveis, através de iniciativas e atividades que promovam a economia circular e colaborativa. Nesse sentido, o estágio pretendeu auxiliar o desenvolvimento destas iniciativas enquanto eram recolhidos dados de forma a analisar o papel da instituição na adoção e promoção de hábitos sustentáveis baseados na economia circular e colaborativa.

Este relatório, sendo o culminar de um processo iniciado com o estágio, pretende expor os resultados obtidos através da literatura estudada e da experiência adquirida ao longo do período de estágio. Neste trabalho são explorados os conceitos de economia circular e colaborativa e como os seus modelos podem ser uma mais valia em relação ao modelo linear, e qual o posicionamento da União Europeia, Portugal e da Região Centro em relação a estratégias para a transição para a economia circular. Posteriormente, é caracterizado o Armazém do Faz Tudo, para o qual foram utilizados dados consultados no programa de candidatura do projeto ao programa Juntar+ do Fundo Ambiental e uma entrevista ao presidente da Junta de Freguesia de S. Salvador, e onde são também descritas as atividades realizadas durante o período do estágio.

Na discussão dos resultados é avaliado o potencial do Armazém do Faz Tudo para a economia circular e colaborativa e são deixadas propostas que podem ser uma mais valia para o desenvolvimento do projeto.

**keywords**

Circular economy, collaborative economy, local initiatives, sustainable consumption, sharing platform

**abstract**

The circular economy is an economic model that focuses on reducing resource consumption by reducing energy and material waste along the product value chain, from production to usage and end of life. This model originated a sub-model, called collaborative economy, based on the sharing of underutilized products, spaces and skills, to obtain monetary and non-monetary benefits, mainly focused on transactions between consumers.

This work is the result of the Regional and Urban Planning Master's curricular internship, held at Armazém do Faz Tudo, a project based on circular and collaborative economy created by the Junta de Freguesia of S. Salvador in Ílhavo. In this community store, old or obsolete objects find a new life and the main objective is to raise the population's awareness of more sustainable consumption habits, through initiatives and activities that promote the circular and collaborative economy. In this sense, the internship intended to assist the development of these initiatives while data were collected in order to analyze the role of the institution in the adoption and promotion of sustainable habits based on the circular and collaborative economy.

This report, being the culmination of a process initiated with the internship, intends to expose the results obtained through the studied literature and the experience acquired during the internship period. In this work, the concepts of circular and collaborative economics are explored, and how their models can be an asset in relation to the linear model, and what is the position of the European Union, Portugal and the Central Region regarding strategies for the transition to the circular economy. Subsequently, the Armazém do Faz Tudo is characterized, for which data were used in the project application program for the Juntar+ program of the Fundo Ambiental and an interview with the president of the Junta de Freguesia de S. Salvador, where the activities carried out during the internship are also described.

In the discussion of the results, the potential of Armazém do Faz Tudo for the circular and collaborative economy is evaluated and proposals are left that can be an asset for the development of the project.

## Índice

Introdução.....	1
Capítulo 1. Da economia linear à economia colaborativa.....	5
1.1. Economia Circular.....	6
1.2. Economia Colaborativa.....	8
1.3. Estratégias para o desenvolvimento da Economia Circular na Europa e em Portugal.....	11
1.3.1. Pacto Ecológico Europeu.....	11
1.3.2. Plano de ação para a economia circular em Portugal.....	13
1.4. Projetos com base na Economia Circular e Colaborativa.....	19
Capítulo 2. Metodologia e estudo de caso: “O Armazém do Faz Tudo”.....	25
2.1. Enquadramento Territorial.....	26
2.2. O Armazém do Faz Tudo.....	27
2.2.1. Origem e Objetivos.....	27
2.2.2. Caracterização.....	29
Capítulo 3. Iniciativas desenvolvidas durante o estágio.....	32
3.1. Iniciativa “Agir sobre a Beata Contada”.....	32
3.2. Parcerias.....	35
3.3. Campanhas de recolha.....	39
Capítulo 4. Propostas para o Futuro.....	43
4.1. Plataforma Municipal para a Economia Colaborativa.....	43
4.1.1. Âmbito Geral.....	44
4.1.2. Produtos e Serviços prestados pela plataforma.....	45
4.1.3. Gestão.....	46
4.1.4. Posicionamento do AFT.....	47
Capítulo 5. Conclusões.....	48
Bibliografia.....	51

## Índice de Figuras

Figura 1 - Modelo estrutural do relatório .....	3
Figura 2 - Pacto Ecológico Europeu .....	12
Figura 3 - Fatores territoriais condicionantes na transição para a Economia Circular .....	16
Figura 4 - Eixos prioritários para práticas de Economia Circular .....	17
Figura 5 - Gestão de receitas do FairBnB.coop .....	20
Figura 6 - Projetos Book in Loop .....	21
Figura 7 - Reciclagem e valorização dos polímeros .....	22
Figura 8 - EcoTech .....	22
Figura 9 - Localização do Município de Ílhavo a várias escalas .....	26
Figura 10 - Freguesias do Município de Ílhavo .....	26
Figura 11 - Mapa dos armazéns do complexo do mercado municipal de Ílhavo .....	29
Figura 12 - Área formativa .....	29
Figure 13 - Ateliê de costura .....	30
Figura 14 - Oficina .....	31
Figura 15 - Ilustração "Tubo de PVC" .....	33
Figura 16 - Ilustração "Tampa de Círio" .....	33
Figura 17 - Cinzeiro em fase final .....	33
Figura 18- Depósito para as beatas recolhidas .....	34
Figura 19 - Cartaz promocional da recolha de óleos alimentares usados .....	36
Figura 20 - Contentores para a recolha dos óleos alimentares .....	37
Figura 21 - Cartaz promocional da recolha de guarda chuvas .....	38
Figura 22 - Guarda chuvas recolhidos .....	38
Figura 23 - Cartaz promocional da doação de ferramentas .....	40
Figura 24 - Ferramentas recolhidas .....	40
Figure 25 - Cartaz promocional da recolha de material eletrónico e pequenos eletrodomésticos .....	41
Figura 26 - Material eletrónico recolhido .....	41

## **Índice de Tabelas**

Tabela 1 - Fatores de motivação à participação em economias colaborativas .....	10
Tabela 2 - Medidas do Novo Plano de Ação para a Economia Circular.....	13
Tabela 3 - Níveis de Ação do PAEC .....	14
Tabela 4 - Ação 1 do nível de ação Macro .....	14
Tabela 5 - Ação 4 do nível de ação Macro .....	14
Tabela 6 - Eixo dois - Compras Circulares .....	18
Tabela 7 - Eixo três - Educação, sensibilização e capacitação .....	18
Tabela 8 - Eixo cinco - Economia circular ao serviço da inovação e coesão territorial .....	19
Tabela 9 - Síntese dos projetos com base na economia circular e colaborativa.....	23

## **Lista de Abreviaturas**

**ABAE** – Associação Bandeira Azul da Europa

**AFT** – Armazém do Faz Tudo

**CCDR** – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional

**CCDR** – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

**ETAR** – Estação de Tratamento de Águas Residuais

**GEE** – Gases com Efeito Estufa

**JF** – Junta de Freguesia

**ODS** – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

**ONU** – Organização das Nações Unidas

**PAEC** – Plano de Ação para a Economia Circular

**PAP** – Prova de Aptidão Profissional

**PIB** – Produto Interno Bruto

**PMEC** – Plataforma Municipal para a Economia Colaborativa

**EU** – União Europeia

## **Introdução**

### ***Importância do tema***

A revolução industrial despoletou uma riqueza global crescente, medida em termos de Produto Interno Bruto (PIB), reduzindo o número de pessoas em pobreza extrema (44% da população mundial em 1981 e 10% em 2015), melhorando condições de vida e fomentando o crescimento populacional. No entanto, este desenvolvimento trouxe um sistema económico linear, que se foca na extração de recursos naturais, que são processados e transformados em produtos, que depois são vendidos e após a sua vida útil, são descartados (Conselho de Ministros, 2017).

O modelo económico linear é insustentável para o planeta. A extração de recursos no mundo é feita a um ritmo muito superior à capacidade de regeneração do planeta, sendo que em 2019 atingimos o limite dos recursos naturais da Terra disponíveis para esse ano a 29 de julho, três dias mais cedo do que em 2018 (ZERO, 2019). Em 2020, consequência da pandemia que levou à suspensão de grande parte das atividades económicas, conseguiu-se atrasar esse dia para 22 de agosto (ZERO, 2020).

Para além do consumo de recursos, este modelo económico linear constitui um impacto ambiental negativo ao longo de toda a cadeia de produção, através das emissões de gases com efeito estufa emitidos e os resíduos gerados desde a produção até à utilização e fim de vida dos materiais. Globalmente são extraídas cerca de 65 mil milhões de toneladas de materiais por ano, cerca de metade das emissões de gases com efeito estufa estão relacionados com a produção de materiais básicos e 70% dos resíduos associados a um produto são gerados antes do produto ser sequer utilizado. A este ritmo, em 2050 serão necessários três planetas para suportar o nosso estilo de vida (Conselho de Ministros, 2017).

A resposta para este problema é a transição para a economia circular, um modelo económico que se foca na diminuição do consumo de recursos através do aproveitamento do desperdício de energia e materiais ao longo da cadeia de valor dos produtos, desde a sua produção até à utilização e fim de vida do produto. Para suportar esta transição, em 2015 a Organização das Nações Unidas (ONU) definiu a Agenda 2030 constituída por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. A Agenda 2030 aborda dimensões sociais, económicas e ambientais assim como a promoção da paz, da justiça e instituições eficazes. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são fruto do trabalho conjunto de governos e cidadãos de todo o mundo (ONU, 2015). Com foco nos ODS “8 – Trabalho digno e crescimento económico”; ODS “9 – Indústria, inovação e infraestruturas”, ODS “11

– Cidades e comunidades sustentáveis” e ODS “12 – Produção e consumo sustentáveis”, a União Europeia (UE) respondeu a esta problemática do impacto climático oriundo dos hábitos de consumo, assim como ao desafio da Agenda 2030 através da criação do Plano de Ação para a Economia Circular da União Europeia. A UE Assumiu que a transição para a economia circular é um processo que exige uma participação de todos os Estados-Membros, passando pelas regiões e pelas autarquias, às empresas e aos cidadãos. Este plano define ações no âmbito da produção, consumo, gestão de resíduos e na transformação de resíduos em recursos, que devem ser adotados por todos os Estados-Membros (Comissão Europeia, 2015).

Em 2016, a Comissão Europeia assumiu a importância do modelo de economia colaborativa para a transição para a Economia Circular e para o próprio crescimento económico da União Europeia uma vez que, estando esta presente ainda em pequena escala, apresenta receitas brutas das plataformas dos fornecedores, estimadas em 28 mil milhões de euros em 2015 (Comissão Europeia, 2016). Afirmando a existência de um forte potencial para que empresas baseadas no modelo de economia colaborativa conquistem o mercado, foi lançada uma comunicação intitulada de “Agenda Europeia para a economia colaborativa” com o objetivo de fornecer orientação para um desenvolvimento equilibrado e sustentável da economia colaborativa (Comissão Europeia, 2016).

### ***Questões e objetivos***

Com a criação do Plano de Ação para a Economia Circular em Portugal (PAEC) em 2017 e subsequente formulação das Agendas Regionais para a Economia Circular atribui um papel importante ao poder local, com ações micro, que se focam no incentivo à disseminação do conceito da economia circular na sociedade civil e à prática de iniciativas que o tenham como base, como por exemplo a adoção de compras circulares.

Desta forma, é pretendido com este estudo, perceber de que forma as instituições locais, mais especificamente as Juntas de Freguesia (JF), se adaptam às agendas regionais, nomeadamente através do estudo de uma experiência recente promovida pela Junta de Freguesia de S. Salvador em Ílhavo.

Importante frisar que este estudo resultou de um estágio realizado nesta JF, mais concretamente no Armazém do Faz Tudo (AFT), projeto financiado pelo Fundo Ambiental, que se foca exatamente na promoção de práticas de economia circular com o envolvimento da comunidade.

De um ponto de vista mais específico, foram estabelecidos objetivos que levaram à concretização do estudo:

- i) Analisar o conceito da economia circular e colaborativa, assim como as políticas europeias, nacionais e regionais que apoiam a transição para o modelo circular;
- ii) Compreender o contexto da economia circular e colaborativa no país;
- iii) Conhecer projetos de economia circular existentes e bem-sucedidos;
- iv) Contribuir para a implementação do projeto do AFT e estudar que forma o AFT e as instituições locais podem contribuir para um modelo circular na região.

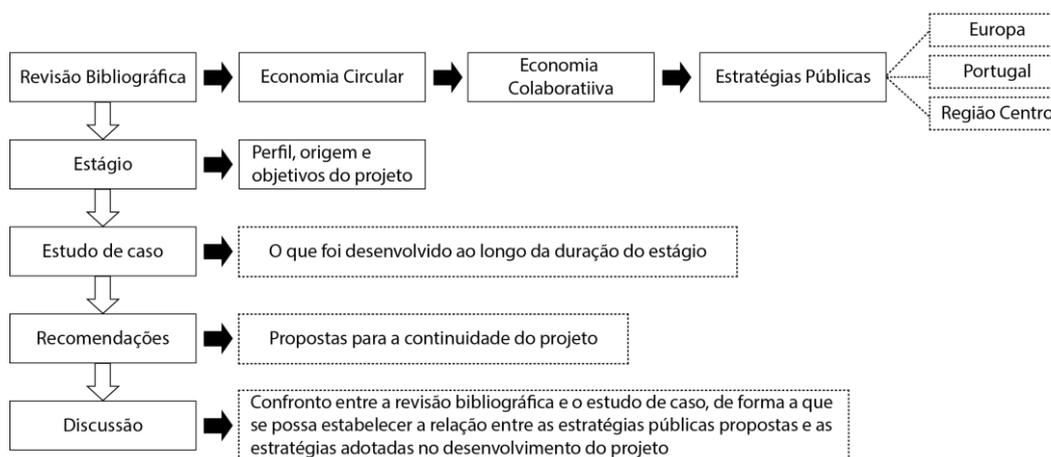
A nível prático, durante o estágio comprometi-me com os seguintes objetivos:

- i) Apoio logístico no desenvolvimento de atividades do AFT;
- ii) Definição de linhas estratégicas para o desenvolvimento do projeto;
- iii) Criação de estratégias de promoção do projeto e respetivas atividades.

### ***Metodologia e Estrutura***

A abordagem metodológica utilizada no trabalho, e sendo este um relatório de estágio, apreende duas fases, uma primeira teórica, em que é realizada uma revisão bibliográfica para o enquadramento do tema e a caracterização do projeto onde se realizou o estágio curricular. E uma segunda fase, esta de tipologia mais prática, onde será apresentado o trabalho desenvolvido durante o estágio e os resultados dessa aprendizagem.

A Figura 1, mostra de forma estrutural o modelo adotado.



**Figura 1 - Modelo estrutural do relatório (fonte: Autor)**

Relativamente à estrutura do trabalho, este divide-se em cinco capítulos.

O Capítulo 1 diz respeito à revisão bibliográfica, onde é feita uma contextualização do tema da economia circular, desde o modelo de economia linear, até aos modelos do “product as service” que vão surgindo em algumas empresas naquilo que é a venda da finalidade do produto mantendo os direitos de propriedade com a empresa, e o modelo de economia colaborativa, com um foco mais comunitário auxiliado por plataformas *online*, onde os indivíduos podem desempenhar um papel ativo como fornecedor ou consumidor de um serviço. Aqui são também exploradas as estratégias para a transição para a economia circular adotadas pela União Europeia, por Portugal e pela Região Centro, numa perspetiva de perceber de que forma as estratégias foram adaptadas ao contexto territorial com diferentes escalas através da análise das respetivas Agendas para a Economia Circular.

No capítulo 2 é abordado o projeto do Armazém do Faz Tudo (AFT), projeto da Junta de Freguesia de S. Salvador em Ílhavo, onde se realizou o estágio. Neste capítulo é contextualizado o projeto naquilo que é a sua origem e os seus objetivos. Isto leva-nos ao Capítulo 3, onde serão descritas as atividades realizadas no âmbito do estágio.

No capítulo 4, propostas para o futuro, são apresentadas ideias para a continuidade do projeto à luz dos conceitos de economia circular e economia colaborativa, e que podem representar uma mais valia para o Futuro do AFT ou de projetos semelhantes.

Por fim, no Capítulo 5, são discutidos os resultados dos capítulos 3 e 4, confrontados com a revisão bibliográfica, de forma a ser estabelecida a relação entre os casos apresentados e as linhas estratégicas adotados pelo projeto. As conclusões terminam a estrutura do Relatório, com uma síntese do trabalho.

## Capítulo 1. Da economia linear à economia colaborativa

Desde a revolução industrial, e sobretudo após os anos de 1950 com a globalização da nossa economia, que temos vivido numa economia com base num modelo linear assente num estilo de vida consumista em que os produtos são de utilização única e o seu valor decresce desde o momento da compra, num modelo unidirecional de produção designado por diversos autores como “*take, make, dispose*”. Neste modelo, as fábricas recebem um “*input*” de recursos naturais, que são utilizados para a produção em massa de produtos que serão posteriormente comprados e geralmente descartados depois de um curto período de utilização, em alguns casos até de uma única utilização (Esposito et al., 2018). Num mundo caracterizado por recursos finitos, este modelo não funciona a longo prazo, tornando-se evidente que estamos a atingir os seus limites (Girard & Nocca, 2019).

Os desafios deste modelo são amplificados nas áreas urbanas, devido à grande concentração de população global nas cidades, que leva a um aumento de exigências e pressões nas infraestruturas urbanas e nos recursos governamentais, assim como a um aumento do consumo de recursos, que combinados com má gestão urbana geram impactos negativos a nível económico e sobretudo ambiental (Ellen MacArthur Foundation, 2017).

Sectores como a mobilidade, alimentação e construção, são setores que apresentam desperdícios significativos, segundo análises, na Europa. A maioria dos carros estão estacionados 92% do tempo, 31% da comida é desperdiçada ao longo da cadeia de valor, e a maioria dos escritórios são usados apenas 35-50% do tempo, mesmo durante horas de trabalho (Ellen MacArthur Foundation, 2017). Este tipo de processos acarreta um custo sobre a gestão de resíduos e gastos com a sua recolha que gera também uma pressão adicional nos orçamentos municipais. Atualmente, nos mercados em desenvolvimento, estes custos podem atingir 50% dos orçamentos anuais municipais. Também a nível ambiental, este modelo linear desenvolve externalidades negativas nas cidades que incluem o ar, a água, poluição sonora, a libertação de substâncias tóxicas e a emissão de gases com efeito estufa (Ellen MacArthur Foundation, 2017).

## 1.1. Economia Circular

Por este motivo, a economia circular, modelo baseado no princípio de que “na natureza nada se “perde” e tudo se transforma em “recursos”” (Girard & Nocca, 2019), opõe-se à economia linear, na esperança de fechar o “loop” do “take, make, dispose”, e tornar o desperdício num recurso. Este é um sistema económico com foco na redução e eventual eliminação de desperdício que se rege pelo princípio da redução, reutilização e reciclagem, ou seja, a redução da utilização de matéria-prima, a reutilização de materiais para a produção de novos produtos, e a reciclagem de produtos já existentes (Sheposh 2017 in Hagström et al., 2020). A economia circular passa então de um sistema tradicional de economia linear “recursos-produtos-resíduos” para um loop fechado de “recursos-produtos-recursos renováveis” (Xiao & Huang, 2010).

Esposito et al. (2018) defendem que, se aplicada de forma extensiva, a economia circular pode reduzir o consumo de novos materiais em 32% em 15 anos, e 53% até 2050. Isto, através da substituição de matérias primas usadas na construção civil, na produção de carros, fertilizantes sintéticos, produção de combustível e energias não renováveis, entre outros, por materiais recuperados e reaproveitados. É um modelo restaurativo e regenerativo em que produtos, componentes e materiais são projetados para continuamente adicionar, recriar e preservar valor ao longo do tempo, através da recuperação de todo o desperdício como um recurso para novos ciclos de produção (Gravagnuolo et al., 2019), e é disruptivo ao mudar o modelo em vigor e forçar a repensar vários aspetos de produção e consumo em toda a cadeia de produção e consumo (Esposito et al., 2018).

McDonough & Braungart (2002) através do seu livro *Cradle to Cradle: Remaking The Way We Make Things*, popularizaram os sistemas circulares de produção, este conceito *Cradle to Cradle*, berço para berço, que se foca na reestruturação do ciclo de produção de produtos de consumo através de uma transição para um sistema industrial mais ecológico (Kopnina, 2018), assumindo que não existem na natureza, resíduos improdutivos, pois servem de nutrição para algo novo. O *Cradle to Cradle* propõe-se a substituir materiais tóxicos ou inaproveitáveis por materiais naturais e biodegradáveis, ou por materiais que possam ser utilizados infinitamente num ciclo industrial (McDonough & Braungart 2002 in Hagström et al., 2020).

Há quatro instrumentos essenciais para uma economia circular:

- i) *Design*, desde a conceção de produtos e serviços para a circularidade, à instalação, reparação e transporte, o desenho de materiais, componentes reutilizáveis, produtos duráveis e reparáveis, separáveis, a produção com mínimo desperdício ou impacto ambiental, a

utilização de subprodutos ou resíduos para novos produtos, e a remoção de materiais que suscitem preocupação procurando substâncias alternativas não impactantes;

- ii) *Tecnologias e novos modelos de negócio*, é necessário ter o tema presente nas inovações espoletadas pela indústria 4.0 e ferramentas como o blockchain, que são centrais na aceleração da desmaterialização de processos, sistemas produto-serviço e plataformas colaborativas/ de partilha;
- iii) *Ciclos reversos*, através de uma logística inversa próxima do cliente, flexível e eficaz que garante o retorno de produtos, componentes e materiais ao fabricante para que estes sejam novamente utilizados;
- iv) *Promotores/ contexto favorável*, para que o modelo de produção circular seja bem-sucedido, o mercado terá de ter um contexto favorável, neste sentido, é necessário trabalhar os instrumentos e mecanismos para esse contexto com o apoio de decisores políticos, abertura para o financiamento, instituições educativas, líderes e exemplos práticos mobilizadores (Conselho de Ministros, 2017).

Para uma facilitação da reutilização infinita dos produtos é apresentado um conceito que consiste na produção de materiais mais resistentes, e em que o produtor aluga os produtos e compromete-se à sua reparação e manutenção (Mont, 2002). Este sistema é intitulado de *Product-as-a-Service*, Esposito et al. (2018) referem quatro formas que este modelo pode assumir, sendo elas o *Pay for use* em que os consumidores compram a finalidade do produto em vez do produto em si, e pagam consoante a utilização; o *Leasing* em que os consumidores compram os direitos contratuais para uma utilização exclusiva do produto durante um longo período; o *Rental*, semelhante ao *Leasing* no entanto a utilização do produto tem uma duração mais curta e o *Performance agreement* em que os consumidores compram um serviço predefinido e um nível de qualidade que as companhias comprometem-se a garantir (Esposito et al., 2018).

Este modelo de prestação de serviços é denominado em vários documentos como *Product Service System* ou *Servitization* e parte do princípio que, estando o produto no terreno, o produtor deve encarregar-se de prestar serviços de manutenção durante os anos de utilização do produto e obter receita através disso. O fabricante mantém a propriedade do produto, com o consumidor a pagar para aceder ao produto ou ao seu desempenho, sendo estes serviços categorizados por *product-oriented* para o primeiro caso ou *end-user's process-oriented* para o segundo (Spring & Araujo, 2017). O facto de, aos fabricantes, ser atribuída esta responsabilidade, é um forte incentivo para

que haja uma mudança na forma como os produtos são projetados, para que as empresas comecem a utilizar peças reconcondicionadas e a reciclar materiais, assim como a reduzir os custos de produção (Spring & Araujo, 2017).

## ***1.2. Economia Colaborativa***

No seguimento deste modelo de prestação de serviços, que é executado numa perspetiva de uma empresa que presta um serviço a um consumidor, surge um segundo modelo baseado na economia circular, que possui diversas denominações por parte dos autores dependendo da sua natureza, “*sharing economy*”, “*colaborative economy*”, “*peer-to-peer economy*”, no entanto irei denominá-lo de economia colaborativa. A economia colaborativa aproxima-se do “*Product-as-service*” no sentido em que, mais uma vez, o consumidor opta pela compra da finalidade de um produto ao invés do produto em si, no entanto esta dinâmica de compra e prestação do serviço é feita entre consumidores (Barbu et al., 2018), Gössling & Michael Hall (2019) sugerem a definição de que a economia colaborativa é um modelo económico baseado na partilha de produtos subutilizados, de espaços e habilidades, para obter benefícios monetários e não monetários, focados principalmente em transações entre consumidores (Botsman & Rogers, 2011 in Gössling & Michael Hall, 2019).

A economia colaborativa fomenta uma transferência da confiança em organizações empresariais para pessoas comuns, uma mudança de paradigma que pode gerar uma reconceptualização do modelo económico tradicional em que agora, a propriedade de um produto é substituída pelo acesso e utilização do mesmo (Barbu et al., 2018). Este modelo é geralmente aplicado a casos em que um produto é caro e cujos seus recursos não são totalmente aproveitados, nestes casos, então a utilização do produto é oferecida a outros consumidores que possam usufruir dele durante um espaço de tempo em troca de um benefício económico para o proprietário (Ranjbari et al., 2018).

Na economia colaborativa, a troca envolve um fornecedor, que pode ser um indivíduo ou empresa, que oferece um serviço a um consumidor. De notar que, a economia colaborativa é definida pela troca de serviços entre consumidores, ou seja, o fornecedor do serviço deve ser consumidor do mesmo, pelo que, quando falamos em empresas como fornecedores, estas devem fornecer recursos que sejam utilizados por ela. Por exemplo, uma empresa que alugue carros, apesar de estar a oferecer um serviço, os carros são apenas utilizados por outras pessoas e não pela própria empresa, então, nestes casos, não são incluídas na economia colaborativa (Ranjbari et al., 2018).

A economia colaborativa tem uma forte incidência nas novas tecnologias da comunicação, em que as transações são facilitadas através de plataformas online. Numa comunicação da Comissão ao

Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões chamada de “Uma agenda Europeia para a economia colaborativa” (Comissão Europeia, 2016) definiu-se economia colaborativa como modelos empresariais nos quais as atividades são facilitadas por plataformas colaborativas que criam um mercado aberto para a utilização temporária de bens ou serviços, muitas vezes prestados por particulares. Distinguem ainda os intervenientes no modelo em três categorias (i) os prestadores de serviços que partilham os ativos, os recursos, a disponibilidade e/ou as competências – podem ser particulares que oferecem serviços numa base esporádica ou prestadores de serviços que atuam no exercício da sua atividade profissional: (ii) os utilizadores desses serviços e (iii) os intermediários que – através de uma plataforma em linha – ligam prestadores de serviços e utilizadores facilitando as transações recíprocas (Comissão Europeia, 2016). No entanto, existem situações em que uma plataforma pode também ser o prestador do serviço como em casos de aluguer de curta duração.

Idiakez (2019) conceptualiza um conceito para a economia colaborativa que explora formas de trabalho digital através de plataformas online, Cooperativas Digitais, que este define como entidades que realizam as suas atividades económicas legalmente e exclusivamente ou maioritariamente online, de acordo com os princípios e valores da economia colaborativa. Caso haja necessidade de um espaço físico para determinadas atividades, este deverá ser complementado à sua atividade online. No entanto, segundo o autor, nem todos os tipos de cooperativas digitais devem nomear-se ou mesmo estabelecer-se legalmente como cooperativas (Idiakez, 2019). Pois as cooperativas possuem leis, princípios e valores próprios que as cooperativas digitais devem adotar no seu modelo de negócio, assim como os valores e princípios da economia colaborativa, e só assim, este tipo de plataforma pode assumir essa denominação.

Uma vez que os bens são partilhados e não adquiridos, este modelo económico reduz o uso de recursos, que inclui materiais e energia, o que o torna um modelo mais eficiente a nível ambiental do que os modelos económicos tradicionais focados no consumo (Gössling & Michael Hall, 2019). Os impactos ambientais da produção são evitados, os recursos são preservados e os resíduos em aterros são minimizados (Martin et al., 2019). Este modelo baseado na economia colaborativa pode contribuir para os ODS “8 – Trabalho digno e crescimento económico”; ODS “9 – Indústria, inovação e infraestruturas”, ODS “11 – Cidades e comunidades sustentáveis” e ODS “12 – Produção e consumo sustentáveis”.

Com base em diferentes fontes, Alzamora-Ruiz et al. (2020) identificaram as principais razões que motivam as pessoas a participar em economias colaborativas.

**Tabela 1 - Fatores de motivação à participação em economias colaborativas**

Fatores	Tipo de Fator	Termo Associado
Satisfação	Motivador Intrínseco	Satisfação na Interação Social
		Autoeficácia
		Satisfação na experiência
		Sentimento de pertença
		Satisfação Pessoal
		Satisfação
Sustentabilidade	Motivador Intrínseco	Respeito pelo ambiente
		Preocupação com o próximo
		Motivações altruístas
		Valores Sociais
Reputação	Motivação Extrínseco	Estatuto
		Prestígio
		Benefícios
Benefício Financeiro	Motivador Extrínseco	Poupar dinheiro
		Eficiência de utilização
		Contenção de custos
		Utilidade percebida
		Preço Relativo
		Valor Económico

Fonte: Alzamora-Ruiz et al. (2020)

Na tabela acima é possível ver o resultado desta investigação, os autores dividiram os fatores em intrínsecos, que dizem respeito ao indivíduo e à sua capacidade de iniciativa para participar em atividades com o propósito de atingir o seu bem-estar pessoal, e extrínsecos, relacionados com fatores externos, em que a motivação do indivíduo não é movida pela causa mas sim pela aceitação pública ou por uma remuneração (Alzamora-Ruiz et al., 2020). O fator “satisfação” foi operacionalizado através de “satisfação pessoal”, “desafio pessoal” e “satisfação” enquanto o fator “sustentabilidade” foi associado a perspectivas sociais, ambientais e *“eco-friendly”*. Segundo os autores, naquilo que é o fator “satisfação”, uma das razões que motiva as pessoas a envolverem-se em atividades de economia colaborativa é o prazer que advém da atividade em si, como por exemplo, a partilha de conhecimento é uma fonte de incentivo à adoção deste modelo de economia. No fator “sus-

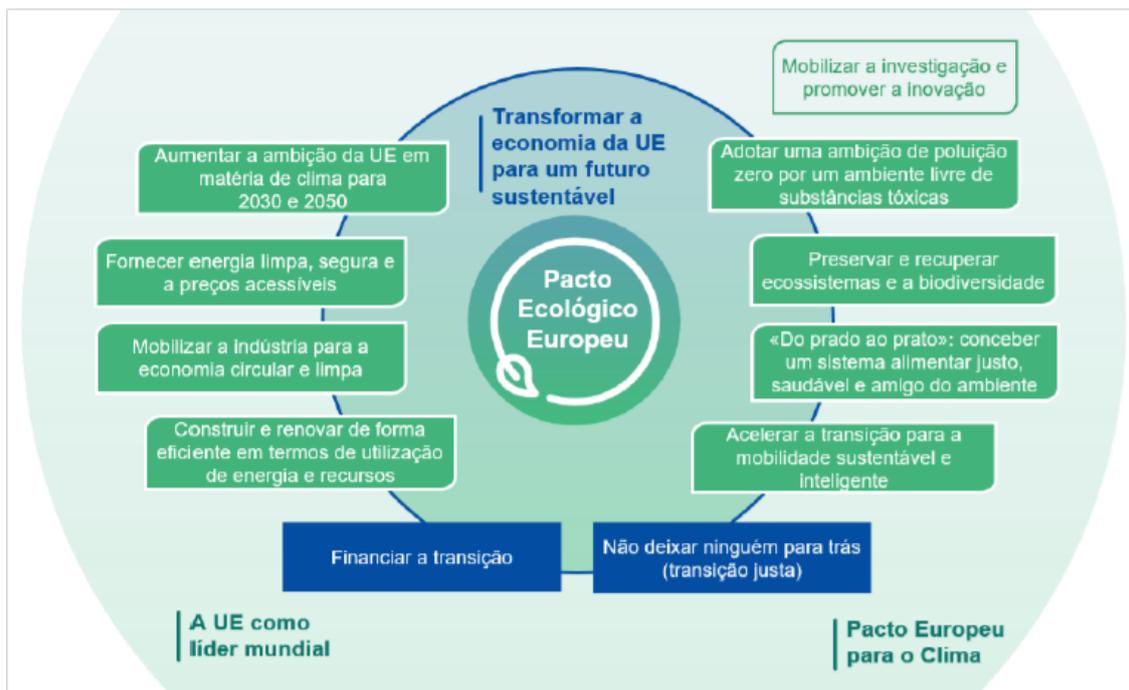
tentabilidade” os autores afirmam que o interesse na participação nestas atividades está ligada à “necessidade de reduzir o impacto ambiental, de procurar o bem estar da sociedade ou promover um estilo de vida mais sustentável” (Alzamora-Ruiz et al., 2020). Os fatores extrínsecos identificados pelos autores foram “benefício social” operacionalizado através de variáveis como “poupar dinheiro”, “eficiência de utilização”, “contenção de custos”, “utilidade percebida”, “preço relativo” e “valor económico”, e o fator “reputação” através da variável “estatuto”, “prestígio” ou benefícios hedónicos”. No caso do fator “benefício financeiro” os autores argumentam que, se uma atividade colaborativa gera benefícios financeiros de algum tipo, isto é um forte motivador para um indivíduo envolver-se na iniciativa. No caso da “reputação”, esta tem um impacto até maior que a satisfação pessoal quando se trata de atividades baseadas na partilha de conhecimento (Alzamora-Ruiz et al., 2020).

### **1.3. Estratégias para o desenvolvimento da Economia Circular na Europa e em Portugal**

#### **1.3.1. Pacto Ecológico Europeu**

A Comissão Europeia estabeleceu em 2019 o Pacto Ecológico Europeu, de forma a redefinir o compromisso da Comissão em enfrentar os desafios climáticos e ambientais. É uma estratégia que se propõe que até 2050 a União Europeia tenha as emissões de gases com efeito estufa reduzidos a zero e em que o crescimento económico não esteja dependente da utilização de recursos, tornando-se numa sociedade equitativa e próspera, e sobretudo competitiva e eficiente na utilização de recursos (Comissão Europeia, 2019).

Este pacto integra a estratégia da Comissão Europeia para a execução da Agenda 2030 da ONU e dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.



**Figura 2 - Pacto Ecológico Europeu (fonte: Comissão Europeia, 2019)**

O eixo “Mobilizar a indústria para a economia circular e limpa” é central, na ótica do Pacto Ecológico Europeu. Segundo o mesmo documento, entre os anos de 1970 e 2017, a extração de matérias primas em todo o mundo triplicou, e tem tendência a aumentar. Esta extração e consequente transformação em materiais, combustíveis e alimentos, têm um forte impacto no ambiente sendo responsável por cerca de metade das emissões de gases com efeito estufa e resultando na perda de biodiversidade em mais de 90%. O modelo linear da economia depende demasiado da extração de novas matérias-primas, sendo que apenas 12% das matérias primas provêm de reciclagem, é necessário alterar este paradigma e incentivar a transformação do desperdício em matérias-primas secundárias (Comissão Europeia, 2019).

São necessários cerca de 25 anos para transformar as cadeias de valor no setor industrial, uma vez que é pretendido ter uma indústria circular com emissões zero até 2050, torna-se preponderante agir sobre este eixo a curto prazo. Esta transição para um economia circular é uma oportunidade para a criação de atividades económicas mais sustentáveis ou expansão de atividades já existentes e também uma oportunidade para gerar emprego, no entanto a transformação está a decorrer a um ritmo lento e os progressos não têm sido generalizados nem uniformes, e é neste âmbito que o Pacto Ecológico Europeu se compromete a apoiar e acelerar a transição da indústria da União Europeia para um modelo mais sustentável (Comissão Europeia, 2019).

Sendo a economia circular uma forte preocupação da Comissão Europeia com o primeiro plano de ação da UE para a economia circular desde 2015, foi apresentado em março de 2020, um novo Plano de Ação para a economia circular. Este Plano de Ação tem como objetivo contribuir para a modernização da economia da União Europeia garantir que a economia esteja preparada para um futuro verde, competitivo, mas mantendo a proteção do ambiente, e veio conceder novos direitos aos consumidores (Comissão Europeia, 2020). Apresenta as seguintes medidas:

**Tabela 2 - Medidas do Novo Plano de Ação para a Economia Circular**

<b>Produtos sustentáveis como norma na União Europeia</b>	Pretende-se que os produtos comercializados na União Europeia sejam produzidos de forma a durarem mais tempo, sejam fáceis de reparar e reciclar. Que possam, preferencialmente, materiais reciclados em vez de matérias primas primárias.
<b>Capacitar os Consumidores</b>	Fornecer informações sobre a capacidade de reparação e a durabilidade dos produtos.
<b>Concentrar a ação</b>	Focar as ações em setores que utilizem uma grande parte dos recursos e que apresentem potencial para a circularidade.
<b>Diminuição dos resíduos</b>	Priorizar a prevenção da produção de resíduos e a sua transformação em recursos secundários de elevada qualidade.

Fonte: Comissão Europeia (2020)

A UE tem apostado muito nesta transformação. Após a apresentação do Plano de Ação da União Europeia para a Economia Circular, os Estados Membros, tendo por base as linhas de ação estabelecidas por este documento, começaram a desenvolver também Planos de Ação para a Economia Circular.

### **1.3.2. Plano de ação para a economia circular em Portugal**

Em 2017, foi apresentado em Conselho de Ministros o Plano de Ação para a Economia Circular em Portugal (PAEC). Este plano visa conduzir o país para um modelo económico circular, eficiente no uso de recursos, eficaz no uso de materiais e neutro na emissão de Gases com Efeito Estufa. Uma aposta na investigação e inovação em soluções com menor intensidade de emissões e recursos, integrados em modelos de negócio que impulsionem a criação de emprego. Espera-se uma apropriação das estratégias, presentes no PAEC, por parte dos diferentes ministérios, sociedade civil e organizações privadas (Conselho de Ministros, 2017).

O PAEC considera três níveis de ações:

**Tabela 3 - Níveis de Ação do PAEC**

<b>Macro</b> (nacional)	Ações de âmbito estrutural que produzem efeitos transversais potenciadores da apropriação de princípios da economia circular por parte da sociedade.
<b>Meso</b> (setoriais)	Ações ou iniciativas definidas e assumidas pelos intervenientes de setores relevantes para o aumento da produtividade e utilização de recursos do país.
<b>Micro</b> (regional/local)	Ações ou iniciativas definidas e assumidas pelos agentes governativos, económicos e sociais, regionais e/ou locais.

Fonte: Conselho de Ministros (2017)

Dentro destes níveis de ações, foram definidas linhas de ação mais específicas das quais destaquei duas ações inseridas no nível macro, pelo alinhamento com o projeto objeto de estudo deste relatório.

**Tabela 4 - Ação 1 do nível de ação Macro**

<b>Ação 1 - Desenhar, Reparar, Reutilizar: uma responsabilidade alargada do produtor</b>
Aumento da reutilização de produtos, desde os abrangidos pela responsabilidade do produtor até aos de consumo massificado.
Diminuição da produção de resíduos
Contribuição para a conceção de produtos com múltiplas vidas úteis.
Promover a reparação e reutilização através de um apoio ao desenvolvimento de infraestruturas de reparação e iniciativas dinamizadas pelas juntas e freguesia

Fonte: Conselho de Ministros (2017)

**Tabela 5 - Ação 4 do nível de ação Macro**

<b>Ação 3 - Educar para a economia circular</b>
Educar os cidadãos para escolhas ambientalmente conscientes de bens e serviços
Sensibilização da sociedade para as consequências no estado do oceano resultantes de escolhas que não consideram os impactes ambientais
Apoio a concursos nacionais de ideias de negócio circulares
Formação dos elementos intervenientes ao nível da política pública, quanto aos conceitos de desenvolvimento sustentável, de circularidade e redução do consumo
Campanhas de comunicação para potenciar a alteração de comportamentos para a redução de desperdício e manutenção de bens e serviços.

Fonte: Conselho de Ministros (2017)

Fazendo aqui a ponte para o projeto do “Armazém do Faz Tudo” como iniciativa da Junta de Freguesia de São Salvador em Ílhavo para a economia circular, estas duas linhas de ação representam exatamente o que o projeto se propôs, sobretudo nas medidas que se focam na diminuição dos resíduos, reparação e reutilização produtos e a sensibilização e educação dos cidadãos para a temáticas ambientais.

### *Agenda para a economia circular CCDRC*

No contexto regional, o Fundo Ambiental e as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR), assinaram protocolos para a elaboração de agendas regionais para as áreas de intervenção das CCDR, interagindo com diferentes níveis de concretização do PAEC.

Uma vez que o território onde se realizou o estágio está inserido na área de intervenção da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC), foi analisada a Agenda de Economia Circular do Centro de forma a perceber como esta se enquadra e vai de encontro ao estabelecido no PAEC e por sua vez, perceber como o “Armazém do Faz Tudo” pode contribuir para o cumprimento das estratégias estipuladas na Agenda.

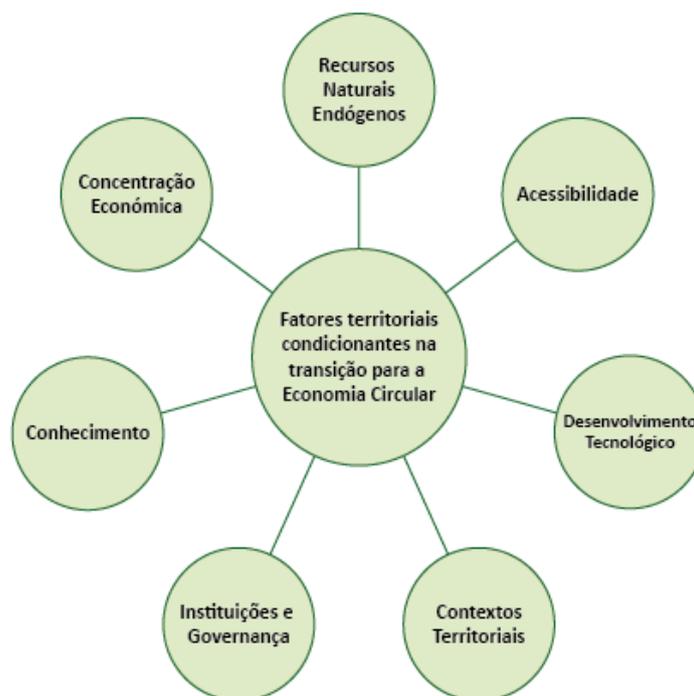
A Agenda Circular do Centro assume a economia circular como uma estratégia fulcral para promover a dissociação entre crescimento económico e o consumo crescente de novos recursos, através de uma utilização racional dos materiais presentes na economia, tirando partido ao máximo do seu valor e utilidade ao longo do tempo, esta favorece ciclos económicos curtos e lentos, promove a deslocalização das atividades económicas para a escala regional ou local e potencia a criação de trabalho e novas oportunidades de criação de riqueza (CCDRC, 2019).

A Agenda Circular do Centro enuncia três princípios fundamentais à implementação prática do conceito de Economia Circular, são estes:

- i) Preservar e aumentar o capital natural, controlando stocks finitos e equilibrando os fluxos de recursos renováveis;
- ii) Otimizar a produção de recursos (fechar ciclos), fazendo circular produtos, componentes e materiais, maximizando o seu nível de utilidade tanto a nível técnico como biológico;
- iii) Fomentar a eficácia do sistema socioeconómico, considerando e divulgando as externalidades negativas.

A nível territorial, o modelo circular assume um carácter multidisciplinar e transversal tanto temporal como geograficamente, o que requer uma participação ativa de todos os agentes envolvidos na cadeia de valor de um material, produto ou serviço. O território assume um papel importante na transição para um modelo de Economia circular, pois é nele que onde são desenvolvidas todas as atividades naturais, socioeconómicas e culturais, o que torna a economia circular como uma estratégia preponderante para a valorização de ativos territoriais (CCDRC, 2019).

Neste sentido, a Agenda Circular Centro identifica sete fatores territoriais que podem condicionar a transição para a Economia Circular, como se pode ver na Figura 3:



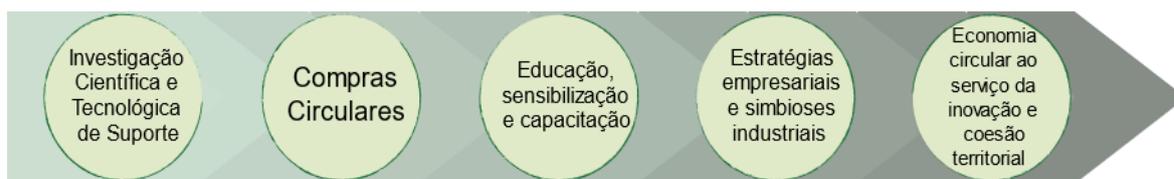
**Figura 3 - Fatores territoriais condicionantes na transição para a Economia Circular (fonte: CCDRC, 2019)**

Os recursos naturais endógenos, traduzem-se em oportunidades para impulsionar as economias locais nas regiões rurais. A concentração económica, contempla a concentração de meios e atividades que potencializam o acesso a recursos, conhecimento e a colaboração entre agentes económicos. A proximidade constitui uma mais valia para o desenvolvimento de novos modelos de negócio colaborativos uma vez que a reutilização e reparação de materiais dependem diretamente de acessibilidade de serviços. O conhecimento, relevante a nível empresarial, institucional e comunitário, através da colaboração entre empresas ao longo da cadeia de valor permite o uso compartilhado de recursos e aumento da capacidade de inovação, assim como a criação de massa crítica entre os cidadãos. O desenvolvimento tecnológico, permite implementar processos de economia circular ao longo da cadeia de valor, assim como a transformação do desperdício em matérias primas secundárias e o desenvolvimento de produtos com potencial de reparação, reutilização e reciclagem. As instituições e a governança e os contextos territoriais, atuam como eixos transversais que facilitam e criam as condições necessárias para a materialização de ações de transição para a Economia Circular. A circularidade nas compras públicas, na organização de eventos e na desmaterialização de métodos de trabalho são exemplos do papel destes fatores (CCDRC, 2019).

A Agenda Regional dedica um capítulo aos recursos da região Centro, que, não desvalorizando a importância dos recursos materiais, irei focar no que a agenda intitula “recursos do conhecimento” e “recursos institucionais” (CCDRC, 2019).

Em relação aos “recursos do conhecimento” a região centro está preparada para o desenvolvimento da economia circular através da cooperação com praticamente todas as Universidades e Institutos Politécnicos com centros e unidades de investigação que apresentam áreas de investigação, tanto através de práticas de economia circular assim como através de colaboração empresarial, sugerindo oportunidades de aplicação futura. Desta forma, apresenta um potencial muito diverso, quer a nível disciplinar como dos setores de atividade, cujo paradigma de produção pode vir a ser beneficiado. Além disto, as ciências sociais e jurídicas desempenham um papel relevante na Agenda Regional, através do seu apoio nos processos de mudança comportamental e organizacional exigidas pela Economia Circular (CCDRC, 2019).

Em relação aos “recursos institucionais”, as Comunidades Intermunicipais (CIM) revelam apetência para intervir em processos experimentais de introdução de compras públicas circulares e de educação e sensibilização para comportamentos favoráveis à Economia Circular. Mesmo em áreas de menor densidade, instituições focadas no desenvolvimento local possuem condições para uma territorialização efetiva de práticas circulares enquadrados no quadro de políticas de coesão territorial. De destacar, o envolvimento de várias CIM, Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia em projetos financiados pelo Fundo Ambiental no domínio da Economia Circular (CCDRC, 2019). Posto isto, a Agenda Regional propõe cinco eixos prioritários:



**Figura 4 - Eixos prioritários para práticas de Economia Circular (fonte: CCDRC, 2019)**

Dos eixos apresentados, existem alguns que representam fortes linhas estratégicas para as instituições e associações locais.

**Tabela 10 - Eixo dois - Compras Circulares**

<b>Compras Circulares</b>
Incluir critérios ambientais nos contratos públicos e compras públicas.
Lançamento do Centro Green Deal em Compras Públicas
Divulgação de iniciativas com o objetivo de sensibilizar, incentivar e criar notoriedade na região.

Fonte: CCDRC (2019)

O eixo número dois, compras circulares, tem como objetivos, a inclusão de critérios ambientais nos contratos públicos e compras públicas de forma a fomentar a aquisição de bens e serviços que, ao nível dos materiais e da energia, contribuam para o fecho de ciclos e evitem impactos negativos no ambiente assim como a produção de resíduos ao longo da sua cadeia de valor (CCDRC, 2019).

O lançamento do Centro Green Deal em Compras públicas, uma adaptação ao contexto da região centro do projeto *Green Deal on Circular Procurement* desenvolvido pelo Governo dos Países Baixos, beneficia tanto a região como todos os participantes envolvidos, através de um posicionamento sustentável, responsável e inovador. Isto permite que cada aquisição de produto e /ou serviço circular, estimule o desenvolvimento de um modelo de negócio circular desencadeando impactos socioeconómicos relevantes no contexto local, regional e nacional.

Este eixo pretende também focar-se na divulgação de iniciativas que tenham por base a economia circular com o objetivo de sensibilizar, incentivar e criar notoriedade na região (CCDRC, 2019).

**Tabela 11 - Eixo três - Educação, sensibilização e capacitação**

<b>Educação, sensibilização e capacitação</b>
Ações de divulgação e sensibilização de alcance imediato
Projetos educativos para as escolas do pré-escolar, primeiro ciclo, ensino secundário e profissional

Fonte: CCDRC (2019)

O eixo três, educação, sensibilização e capacitação, mostra-se como o mais relevante para o estudo realizado no relatório de estágio, uma vez que se foca na importância atribuída aos métodos de educação e sensibilização como forma de incentivar a recetividade e envolvimento tanto dos cidadãos como das organizações em práticas de economia circular.

Nos objetivos para este eixo estão ações de divulgação e sensibilização de alcance imediato e projetos educativos para as escolas do pré-escolar, primeiro ciclo, ensino secundário e profissional, com foco na sensibilização da população mais jovem para as práticas de economia circular, assim

como o seu impacto económico e benefícios ambientais, com o objetivo de promover a criatividade e a concorrência entre escolas, complementados pela incorporação de disciplinas vocacionadas para a economia circular e para o desenvolvimento sustentável (CCDRC, 2019).

**Tabela 12 - Eixo cinco - Economia circular ao serviço da inovação e coesão territorial**

<b>Economia circular ao serviço da inovação e coesão territorial</b>
Inclusão de critérios de proximidade nas compras públicas
Operacionalização de processos e programas inspirados pela abordagem da Economia Circular

Fonte: CCDRC (2019)

O eixo cinco, economia circular ao serviço da inovação e coesão territorial, deve ser considerado em articulação com o eixo compras circulares, de forma a promover o desenvolvimento local através de circuitos económicos curtos, isto consegue-se com a inclusão de critérios de proximidade nas compras públicas. Se estas forem realizadas com empresas de produção local, estamos a incentivar a economia da região assim como a diminuição da pegada ecológica ao reduzirmos as distâncias percorridas pelo transporte dos materiais. (CCDRC, 2019).

Com este eixo é pretendida a conceção e operacionalização de vários processos e programas, inspirados pela abordagem da Economia Circular, dos quais, processos de valorização de resíduos, através da valorização de “saberes-fazer” tradicionais e o conhecimento de boas práticas na utilização de recursos naturais, um programa de valorização competitiva de recursos endógenos, e um programa de divulgação e avaliação de práticas nas comunidades locais suscetíveis de serem valorizadas e recuperadas segundo a Economia Circular (CCDRC, 2019).

#### ***1.4. Projetos com base na Economia Circular e Colaborativa***

Dentro da tendência da economia colaborativa, começam a surgir uma série de empreendimentos empresariais baseados no desenvolvimento de plataformas online que possibilitem a coordenação entre os fornecedores e os consumidores dos serviços ou equipamentos, de forma a facilitar a troca, partilha ou aluguer dos mesmos. Nos últimos anos, algumas empresas começaram a ganhar um grande prestígio nas suas áreas de ação, um dos grandes exemplos é a *Airbnb* no sector hoteleiro (Alzamora-Ruiz et al., 2020).

No caso da *Airbnb*, esta empresa foi fundada originalmente nos Estados Unidos, mas atualmente já exerce a sua atividade em 191 países. A plataforma *Airbnb* baseia-se numa rede de pessoas que desejam partilhar o seu espaço extra com viajantes que procuram alternativas aos hotéis, quer seja

pelo preço ou pelo espaço em si. Desta forma, os proprietários das casas podem monetizar espaços ou imóveis com utilizações menos regulares, disponibilizando um acesso temporário a viajantes de todo o mundo, em que estes podem encontrar, ver e reservar os espaços através de uma plataforma online (Ranjbari et al., 2018).

O crescimento desta plataforma, e a oportunidade de obter lucros que esta proporciona, fez com que empresas e investidores privados iniciassem um negócio de aluguer de casas, que vai contra o princípio fundador da plataforma que seria o de partilhar a sua vertente ociosa. Estes agentes económicos transformam, aquilo que seriam, apartamentos para uso familiar em apartamentos turísticos. Isto influencia diretamente o fenómeno de gentrificação que algumas cidades, sobretudo as que possuem grande atração turística, estão a passar, uma vez que as habitações de longo prazo, devido à sua escassez, sofrem uma inflação no valor das rendas (Ranjbari et al., 2018). Desta forma, e tendo em conta o que já foi referido, a partir do momento em que existe a intervenção de privados e a plataforma ou o seu conceito é utilizado como modelo de negócio, começamos a afastar-nos também dos princípios da economia colaborativa, para que isso não aconteça é necessária que exista legislação e regulação e é neste sentido que a contribuição dos órgãos governamentais na conceção de agendas se torna crucial.

De forma a combater esta problemática, surgem iniciativas paralelas como a *FairBnB.coop*, fundada em 2016. Esta é uma plataforma que, assim como o *AirBnB*, tem como objetivo o aluguer de habitações por um curto espaço de tempo. Mas ao contrário do *AirBnB*, a plataforma é gerida pelos próprios cidadãos, utilizadores da própria plataforma e parte dos lucros são para investimento nas comunidades, como por exemplo, mercados comunitários, parques infantis ou projetos sustentáveis. Para além disto, a plataforma trabalha com os governos locais de forma a promoverem regulação que permita tornar o turismo cada vez mais sustentável (FairBnB.coop, 2019).

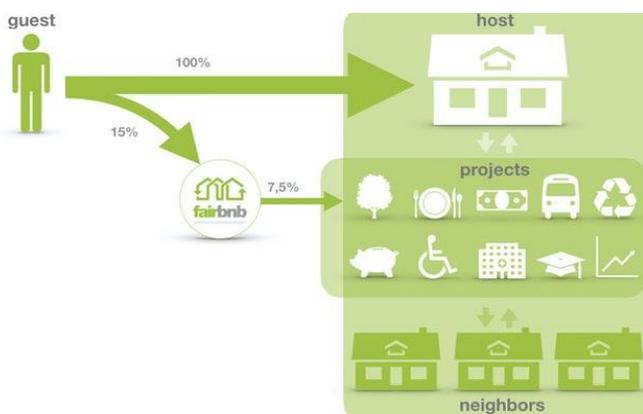


Figura 5 - Gestão de receitas do FairBnB.coop (fonte: fairbnb.coop)

Na Figura 5 é demonstrada a gestão das receitas provenientes do trabalho da plataforma, em que o anfitrião (Host) recebe a totalidade do valor solicitado pelo serviço, o hóspede (Guest) paga um extra de 15% à plataforma dos quais 7,5% serão para investimentos na comunidade local.

Também em Portugal existem projetos bem-sucedidos como é o caso da Book in Loop. Criado na Região Centro, tem como objetivo aumentar a vida útil dos livros escolares. Através de uma plataforma online, é possível comprar livros escolares utilizados com um custo mais reduzido comparativamente com a aquisição do mesmo novo, assim como ainda é possível obter receita através da venda dos livros que os utilizadores da plataforma já não usem. Através desta plataforma, para além de prolongarmos a vida útil destes objetos, estamos também a contribuir para a diminuição do consumo de recursos para a produção de novos livros (CCDRC, n.d.).



Figura 6 - Projetos Book in Loop (fonte: [agendacircular.ccdrc.pt](http://agendacircular.ccdrc.pt))

O impacto da Book in Loop fez-se notar através da sua expansão para a UniLoop, desta vez com um foco na comunidade universitária e na BabyLoop, com o mesmo conceito aplicado a artigos de puericultura. Nesta plataforma online, é possível comprar e vender artigos como carrinhos, berços e camas de bebé, que tal como os livros escolares, possuem um tempo de vida útil reduzido.

Este projeto apresenta características da economia colaborativa, uma vez que se apresenta como uma plataforma online que serve de intermediário entre particulares, no entanto, não a podemos considerar assim, pois não existe uma partilha direta entre os particulares já que a propriedade do produto é transitável.

Como proposto na Agenda Circular do Centro, a CCDR Centro tem divulgado boas práticas através da página web [agendacircular.ccdr.pt](http://agendacircular.ccdr.pt), das quais destaco alguns exemplos no setor industrial. Duas empresas que têm desenvolvido iniciativas que procuram aproveitar os resíduos colocando-os novamente na cadeia de valor e transformando-os em novos produtos.

A empresa LifePoly, sediada em Oliveira do Bairro, distrito de Aveiro, dedica-se à gestão de resíduos de polímeros termoplásticos. A empresa efetua a valorização destes polímeros transformando-

os em matéria prima secundária para a indústria de transformação de plásticos, contribui para soluções de reciclagem tornando as empresas mais sustentáveis e maximizando a circularidade económica das matérias primas.



**Figura 7 - Reciclagem e valorização dos polímeros (fonte: lifepoly.pt)**

A Revigrés, produtores de cerâmicas, tem uma linha de produtos chamada de EcoTech, que é um projeto que se foca no aproveitamento dos resíduos, gerados com a produção de outras cerâmicas, para a produção de um ladrilho cerâmico em que é constituído em 90% por material reciclado.



**Figura 8 - EcoTech (fonte: revigrés.pt)**

Estes são alguns exemplos de como diferentes sectores se têm adaptado ao modelo de economia circular e colaborativa.

A tabela 9 sintetiza os projetos apresentados e relaciona-os com as estratégias referidas no subcapítulo anterior.

**Tabela 13 - Síntese dos projetos com base na economia circular e colaborativa**

Projeto	Objetivo	Público-Alvo	Instrumentos da economia circular	Eixos Estratégicos
<b>AirBnB</b>	Aluguer de habitações por um curto espaço de tempo	Turismo (Maioritariamente)	- Tecnologias e novos modelos de negócio (plataformas colaborativas/ de partilha)	- Uma agenda Europeia para a economia colaborativa
<b>FairBnB.coop</b>				
<b>Book in Loop/ Uniloop</b>	Aumentar a vida útil de livros escolares	Estudantes		
<b>Baby Loop</b>	Aumentar a vida útil de artigos de puericultura	Pais		
<b>LifePoly</b>	Gestão de resíduos de polímeros termoplásticos para a indústria de transformação de plásticos	Indústria (Plástico)	- Design (utilização de subprodutos ou resíduos para novos produtos)	- Mobilizar a indústria para uma economia circular e limpa (Pacto Ecológico Europeu)
<b>EcoTech</b>	Transformação de resíduos cerâmicos para produção de ladrilho cerâmico	Sector Terciário (Construção)		- Produtos sustentáveis como norma na União Europeia (Novo Plano de Ação para a Economia Circular)
				- Diminuição dos resíduos (Novo Plano de Ação para a Economia Circular)

Fonte: Autor

Nos projetos que têm como base uma plataforma de partilha, fica claro onde estes se posicionam dentro do espectro da economia circular, que no caso, estão mais próximos da economia colaborativa, apesar de ainda não existirem eixos estratégicos específicos para a economia colaborativa nas agendas ou planos para a economia circular. A Comissão Europeia reconhece a importância deste modelo de negócio como uma peça chave na transição para a economia circular, e na comunicação “Uma agenda Europeia para a economia colaborativa” estão desenhadas as orientações para servir de suporte ao crescimento destas plataformas.

Nos projetos relacionados com a indústria (LifePoly e EcoTech), temos uma clara evidência do design, como instrumento essencial da economia circular, no trabalho realizado por ambas as empresas. O aproveitamento dos resíduos na transformação e posterior reintrodução dos resíduos no ciclo de produção de novos produtos demonstra a capacidade para projetar um produto que utiliza subprodutos ou resíduos na sua produção. Ao nível dos eixos estratégicos, estes projetos enquadram-se no eixo “Mobilizar a indústria para uma economia circular e limpa” definido no Pacto Ecológico Europeu, assim como já se encontram a operacionalizar dois dos objetivos estipulados

pelo Novo Plano de Ação para a Economia Circular, mais concretamente nos objetivos relacionados com a redução dos resíduos produzidos e a sua transformação em matérias primas secundárias e a comercialização na UE de produtos, preferencialmente, produzidos com matérias primas secundárias ou materiais reciclados.

A escolha destes exemplos refletem aquilo que é a proposta do AFT de dar uma nova vida a materiais, transformando aquilo que é considerado resíduo em novos produtos, com um espaço que permite aos utilizadores recuperar objetos e equipamentos em fim de vida, assim como a partilha de equipamentos entre consumidores, característico da economia colaborativa.

## **Capítulo 2. Metodologia e estudo de caso: “O Armazém do Faz Tudo”**

Este trabalho é o culminar de um estágio curricular realizado na Junta de Freguesia de S. Salvador no Município de Ílhavo, que decorreu entre 20 de janeiro e 14 de dezembro de 2020, com uma interrupção devido à pandemia Covid-19 entre 12 de março e 1 de junho, resultando assim em cerca de 9 meses de estágio.

A entidade de acolhimento foi a Junta de Freguesia de S. Salvador e o estágio foi realizado no seu recente projeto, o “Armazém do Faz Tudo”, focado na sensibilização da comunidade para a economia circular, aberto ao público desde fevereiro de 2020.

A pesquisa foi baseada numa recolha de dados qualitativos, em que foi utilizado o método de investigação observação participante, com uma aproximação ao quotidiano da JF e mais concretamente do AFT de forma a analisar o papel da instituição na transição para a economia circular.

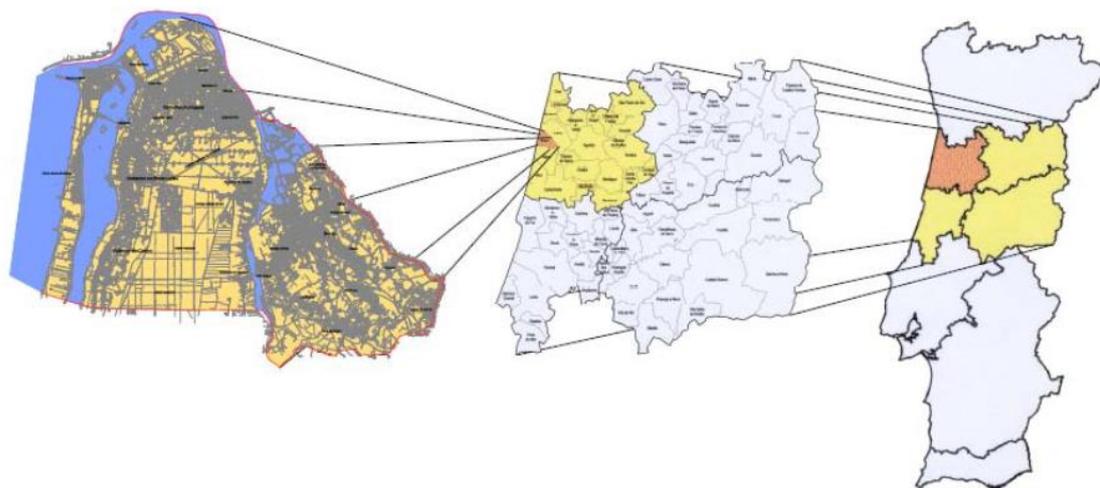
Foi realizada uma entrevista informal gravada ao Dr. João Campolargo, Presidente da Junta de Freguesia de S. Salvador. A escolha do destinatário da entrevista deveu-se ao facto de o Presidente ser o responsável pela ideia e origem do AFT.

Foram analisados dois documentos, cedidos pela JF, foram eles a candidatura ao Fundo Ambiental para o AFT e a candidatura ao programa Eco Freguesia XXI, que foram fundamentais para a elaboração do trabalho.

Ao longo deste capítulo serão descritos os resultados desta pesquisa através de um aprofundamento da origem e objetivos definidos para o Armazém do Faz Tudo para o qual foram utilizadas como base, os documentos cedidos e a entrevista realizada. Posteriormente é feita uma caracterização do espaço do AFT, onde são descritas as funções a que este se destina.

## 2.1. Enquadramento Territorial

O Município de Ílhavo está localizado a Sul do Distrito de Aveiro e faz parte da Região Centro (NUT II) e do Baixo Vouga (NUT III), no qual residem 38 598 pessoas numa área territorial de 73,47 Km<sup>2</sup>.



Município de Ílhavo

Região Centro e Beira Litoral

Portugal e a Região Centro

Figura 9 - Localização do Município de Ílhavo a várias escalas (fonte: PDM Ílhavo)

É constituído por quatro Freguesias, Gafanha da Nazaré, Gafanha da Encarnação, Gafanha do Carmo e S. Salvador. Especial foco daremos a esta última, pois para além de ser a Freguesia mais populosa com 16 587 habitantes, é também onde está localizado o Armazém do Faz Tudo, objeto de estudo deste relatório. A Junta de Freguesia de S. Salvador é a entidade responsável por este projeto (CM Ílhavo, 2013).



Figura 10 - Freguesias do Município de Ílhavo (fonte: PDM Ílhavo)

## **2.2. O Armazém do Faz Tudo**

A JF de S. Salvador tem mostrado uma preocupação com o desenvolvimento sustentável da freguesia. Isto é notório através da sua candidatura em 2019 ao programa Eco Freguesias XXI, programa implementado pela Associação Bandeira Azul da Europa (ABAE) que tem como objetivo desenvolver a sustentabilidade local, valorizar os processos de cidadania participativa e reconhecer as freguesias que oferecem melhor qualidade de vida aos seus habitantes (ABAE, n.d.). Com esta candidatura ao ECO Freguesias XXI, a JF comprometeu-se a ser uma freguesia limpa, desenvolveu ações de sensibilização para o incentivo à separação dos resíduos, instalou ecopontos e adquiriu um veículo 100% elétrico para auxiliar a limpeza da via e espaços públicos, entre outras ações semelhantes.

Por sua vez, o AFT surge de uma candidatura ao programa JUNTAR+: Economia Circular em Freguesias, promovido pelo Fundo Ambiental e que tem como objetivos a implementação de soluções locais de economia circular, demonstrando os benefícios económicos, sociais e ambientais associados (Fundo Ambiental, 2019). Aprofundaremos este projeto nos pontos seguintes.

### **2.2.1. Origem e Objetivos**

A ideia para o AFT surge da vontade da JF de tornar a freguesia de S. Salvador numa Eco Freguesia com projetos futuristas e viu nos armazéns do complexo do Mercado Municipal de Ílhavo uma oportunidade para a criação de um espaço para a comunidade com princípios baseados na economia circular. Então, a JF de S. Salvador transformou as instalações dos Armazéns do complexo do Mercado Municipal de Ílhavo, que são propriedade da Câmara Municipal de Ílhavo e estão sob a gestão da Junta de Freguesia de S. Salvador, num armazém comunitário para a reparação de utensílios e ferramentas, onde os membros da comunidade podem encontrar um local com os utensílios necessários e pessoas com conhecimento que os ajude a proceder à reparação de um objeto, quer seja ele de madeira, metal ou eletrónico. A par disto, a JF pretende também proporcionar um conjunto de atividades pedagógicas com base na temática da sensibilização para a reciclagem/reutilização, através de visitas ao espaço e workshops com principal foco nas escolas da região e na comunidade local com ofertas educativas e atividades distintas para seniores, associações recreativas e para o turismo.

Os equipamentos que possuem um tempo de vida útil mais curto e que acabam por gerar uma grande quantidade de resíduos atirados para aterros, são preponderantes para consciencializar as comunidades para a redução de resíduos, tornando-se crítico prolongar o tempo de utilização desses

equipamentos. Neste sentido, o AFT propõe-se a contribuir para a consciencialização da população para a possibilidade de recuperação de equipamentos obsoletos existentes no quotidiano da comunidade, através da criação de um ponto de recolha para equipamentos avariados, inutilizados ou obsoletos. Com a disponibilização de uma oficina para a reparação destes equipamentos ou transformação de diversos produtos, têxteis ou de mobiliário, propõe-se a dar-lhes uma nova vida pelas mãos dos próprios.

Foi muito importante poder aproveitar a parceria existente com entidades de gestão de resíduos e a Câmara Municipal de Ílhavo. Estas entidades fazem a recolha de equipamentos obsoletos abandonados pelos municípios através de um programa intitulado de “Recolha de Monos”, onde o material recolhido é eliminado sem classificação nem avaliação das condições de recuperação. Aproveitar o AFT para que estes equipamentos recolhidos sejam sujeitos a uma avaliação e que, eventualmente, sejam reaproveitados, é um dos seus desígnios.

Em entrevista ao presidente da JF de S. Salvador é possível perceber que um dos objetivos para o AFT é a criação de um atelier para que pintores e artistas colaborem com o AFT, sendo este um espaço para exposições e formações. É também crítica a criação de uma rede de parcerias com várias instituições, privadas e públicas, de forma a dinamizarem palestras e workshops no espaço do AFT.

O presidente reconhece que o surgimento da pandemia Covid-19 comprometeu o desenvolvimento tanto das atividades planeadas como as que já estavam a ocorrer no AFT, como é o caso das formações de costura que tiveram de ser suspensas. Contudo, dado este contexto, está nos planos uma adaptação para o digital, em que possam ser transmitidos workshops e formações através da página do AFT nas redes sociais.

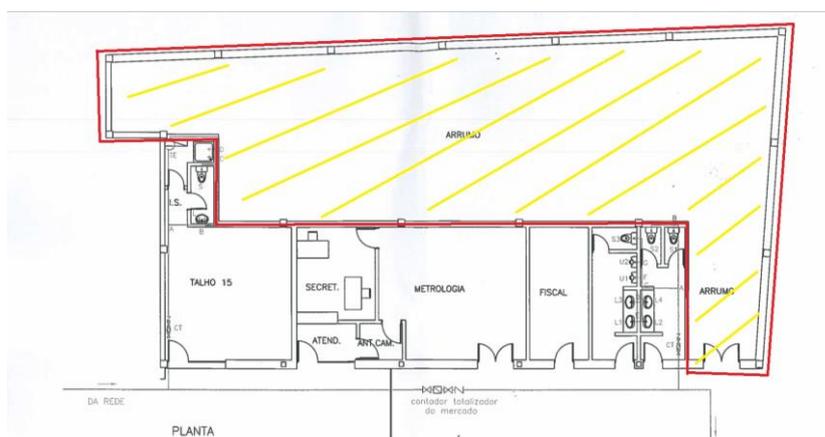
Está também nos planos, a criação de uma oficina para o restauro de bicicletas, onde a comunidade, para além de encontrar um local para restaurar a sua bicicleta, encontra também um local onde aprende a fazê-lo para que posteriormente possa efetuar a sua manutenção. Existe também a vontade de criar uma rede de voluntários para auxiliar nas atividades de restauro, de bicicletas, móveis e eletrodomésticos.

Este projeto ambiciona a implementação de novos hábitos quotidianos e aquisição de novos conhecimentos por vários elementos da comunidade, aumentar a reutilização de produtos retrógrados, a introdução de matérias-primas secundárias na economia, a diminuição da produção de resíduos e os custos, económicos e ambientais, agregados à sua recolha e tratamento.

Os ODS constituem uma orientação para as iniciativas desenvolvidas pelo AFT, com um foco direto nos ODS 11 – “Cidades e Comunidades Sustentáveis”, ODS 12 – “Produção e Consumo Sustentáveis” e ODS 13 – “Ação Climática”.

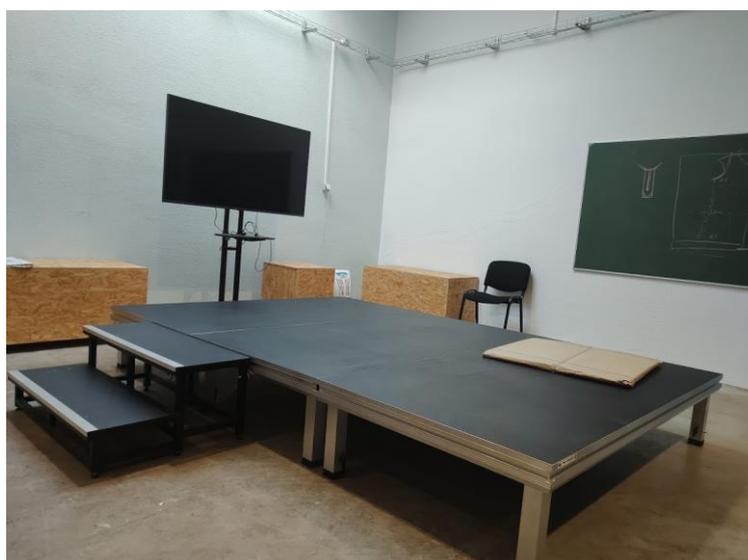
### 2.2.2. Caracterização

O Armazém do Faz Tudo, como já foi referido, situa-se nos armazéns do complexo do Mercado Municipal de Ílhavo num espaço que era anteriormente utilizado para arrumos (Figura 12). Após o seu restauro foi possível criar um espaço multifacetado dedicado à comunidade.



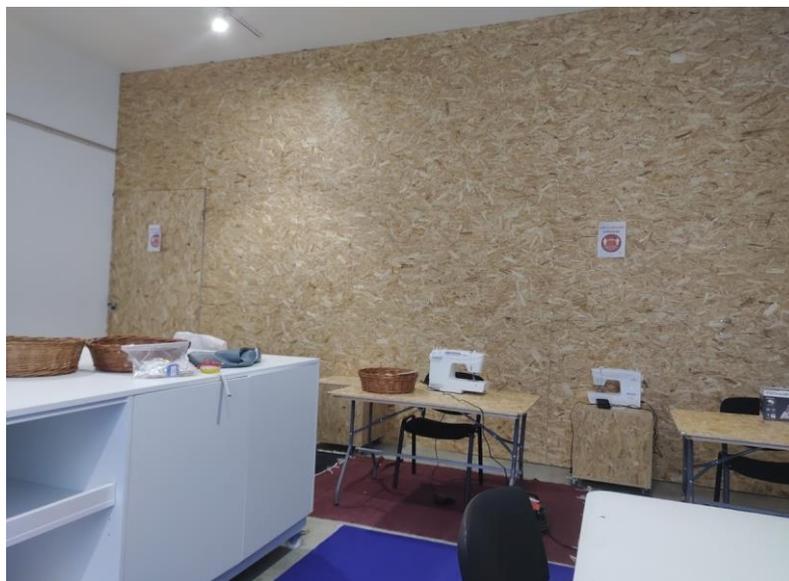
**Figura 11 - Mapa dos armazéns do complexo do Mercado Municipal de Ílhavo (fonte: Junta de Freguesia de São Salvador)**

O espaço conta com uma área dedicada a atividades de cariz mais pedagógico (Figura 13) como palestras ou workshops, equipado com um palco amovível, um ecrã para apresentação de conteúdos digitais e um quadro de ardósia.



**Figura 12 - Área formativa (fonte: autor)**

A JF de S. Salvador realizava formações de costura nas suas instalações, com a abertura do AFT, estas formações passaram a ser realizadas neste novo espaço, capacitando-o com um ateliê de costura (Figura 14), que serve para a realização das formações, mas é também um espaço aberto para utilização por parte da comunidade. Este espaço apresenta potencial para a realização de sessões de upcycling, um processo, baseado na economia circular, no qual produtos e materiais inutilizados ou danificados são reaproveitados ou reparados de forma a aumentar o seu valor transformando-os em produtos novos, com novas funções e utilidades (Singh et al., 2019). Este processo é usualmente aplicado a vestuário, e o AFT poderá utilizar o ateliê de costura para a realização de workshops sobre a transformação de peças de vestuário em novos produtos.

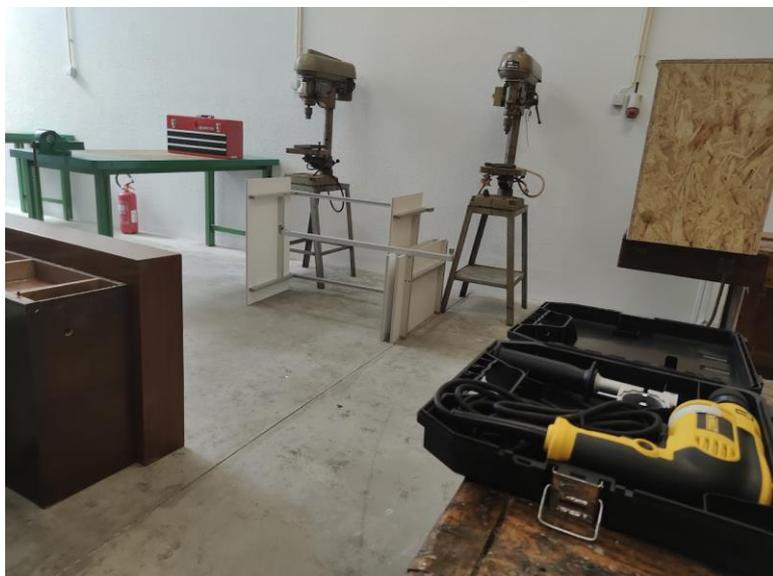


**Figure 13 - Ateliê de costura (fonte: autor)**

O AFT está também equipado com uma oficina (Figura 15), na qual se encontram materiais em segunda mão doados pela comunidade e outros novos, adquiridos pela JF. À imagem do ateliê de costura, também a oficina permite a utilização dos equipamentos por parte da comunidade ou mesmo a sua requisição caso seja necessário. Este espaço está também destinado à recuperação dos materiais danificados recolhidos ou entregues pela comunidade.

Aqui podem ser desenvolvidas atividades ao estilo Repair Café, um conceito criado na Holanda em 2007, que consiste em sessões gratuitas em que as pessoas são convidadas a reparar os seus objetos avariados com o auxílio de voluntários experientes. Os objetos podem ir desde pequenos eletrodomésticos a televisões ou móveis, este é um conceito interessante para tirar proveito da oficina do

AFT. Atualmente já existem mais de 2000 Repair Café registados na plataforma oficial e em 2019 conseguiram prevenir cerca de 420 toneladas de lixo (Repair Café, 2020).



**Figura 14 - Oficina (fonte: autor)**

A JF de S. Salvador proporciona à população a possibilidade de apresentarem os produtos biológicos e regionais assim como peças de artesanato criados pela população, através da organização de feiras locais, mais especificamente o Mercado da Terra e o Certame Representativo de Ideias e Artesanato de Ílhavo (CRIAÍ). Estas capacidades artesanais podem ser potenciadas com a colaboração do AFT, através da organização de sessões em que estes elementos da comunidade podem mostrar a sua arte, como exposições, feiras de artesanato e workshops. Posteriormente pode ser criada uma pequena exposição de peças de artesanato permanente para que quem visita o AFT fique a conhecer e que possa adquirir um pouco do que é feito na região, gerando alguma receita tanto para o artesão como para o AFT.

### **Capítulo 3. Iniciativas desenvolvidas durante o estágio**

Durante o período de estágio foram realizadas algumas atividades, embora menos do que o esperado dadas todas as restrições impostas pelo período pandêmico atravessado durante o ano de 2020. Ao longo deste capítulo serão demonstradas essas iniciativas, nomeadamente o projeto “Agir sobre a Beata Contada” que, através do aproveitamento de resíduos foi possível reforçar o município com cinzeiros, as parcerias estabelecidas com entidades locais, regionais e nacionais e campanhas de recolha de material inutilizado ou obsoleto.

#### **3.1. Iniciativa “Agir sobre a Beata Contada”**

##### **Objetivos**

A JF de S. Salvador foi desafiada pelo CEACA, um grupo de estudantes universitários que se focam na criação de projetos ambientais que visam informar, sensibilizar e envolver a comunidade, a participar numa iniciativa que estavam a desenvolver intitulada de “ABC – Agir sobre a Beata Contada”.

Esta iniciativa tem como objetivo, através da colocação de um depósito para as beatas recolhidas nas ruas do município, em forma de maço de tabaco (Figura 19), sensibilizar a comunidade para a quantidade de desperdício proveniente das beatas de cigarro e consequente impacto ambiental provocado pela má gestão de resíduos.

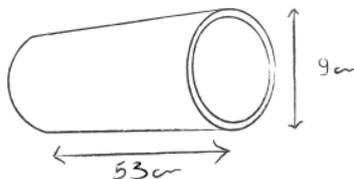
O “Armazém do Faz Tudo” que tem nas suas linhas de ação, a sensibilização da comunidade para práticas mais sustentáveis, e a prática dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nas suas atividades alicerçadas na Lei 88/2019 que pretende a “...adequada deposição, recolha e tratamento dos resíduos de produtos de tabaco e medidas de sensibilização e de informação da população com vista à redução do impacto destes resíduos no meio ambiente”, desenvolveu, paralelamente, uma iniciativa que visa a dotação do município de cinzeiros públicos (Figura 18), onde posteriormente os resíduos recolhidos são colocados no depósito.

##### ***Materiais Utilizados***

Tendo em conta os princípios do AFT sobre a reutilização de materiais, foram utilizados materiais em fim de vida para a construção dos cinzeiros.

Foram utilizados tubos em PVC (Figura 16) com altura de 53cm e diâmetro de 9cm, que funcionam como depósito para as beatas. Foram utilizadas tampas de círios (Figura 17), provenientes do cemi-

tério, que seriam para deitar para o lixo, para a parte superior do cinzeiro onde o cigarro é apagado e introduzido no depósito. A parte inferior é uma tampa removível para facilitar o despejo do depósito e são fixados à parede através de abraçadeiras.



**Figura 15 - Ilustração "Tubo de PVC" (fonte: Autor)**



**Figura 16 - Ilustração "Tampa de Círio" (fonte: Autor)**



**Figura 17 - Cinzeiro em fase final (fonte: autor)**

É possível encontrar estes cinzeiros em alguns locais centrais da freguesia de São Salvador, como o AFT, o Mercado Municipal, a Junta de Freguesia e estabelecimentos de comércio local.



**Figura 18- Depósito para as beatas recolhidas (fonte: autor)**

A iniciativa envolveu também duas campanhas de recolha de beatas nas ruas da freguesia de S. Salvador dinamizada pela Associação Bioliving. Esta é uma associação que tem como objetivos a promoção da sustentabilidade e a defesa dos valores naturais através do acompanhamento em áreas de Floresta, biodiversidade e educação Ambiental. Como é possível verificar nas estatísticas presentes no depósito da Figura 19, até ao momento da foto, a iniciativa havia recolhido cerca de treze mil filtros de cigarro.

O CEACA realizou também um conjunto de vídeos informativos sobre o impacto ambiental relacionado com os resíduos das beatas que são deitadas para o chão, que contou com a participação e partilha de todas as instituições envolvidas na iniciativa.

Desta forma, com esta iniciativa, é possível sensibilizar a comunidade para um comportamento sustentável através da demonstração do impacto do arremesso beatas para o chão, assim como o impacto a nível da saúde individual e económico associado ao consumo de tabaco.

Com esta iniciativa foi possível contribuir para os ODS 11 – “Cidades e comunidades sustentáveis”, ODS 13 – “Ação climática”, ODS 14 – “Proteger a vida marinha” e ODS 15 – “Proteger a vida terrestre” dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

### **3.2. Parcerias**

Um dos objetivos do “Armazém do Faz Tudo” é o estabelecimento de parcerias com instituições públicas ou privadas. Desta forma tentou-se encontrar como agentes para estas parcerias instituições que acrescentassem valor à missão do AFT ou instituições com valores semelhantes ao projeto do AFT. Desta foi estabelecido o contacto com instituições locais e nacionais para que fosse iniciada uma rede de parcerias.

#### ***Agrupamento de Escolas de Ílhavo***

O AFT reuniu com a direção do Agrupamento de Escolas de Ílhavo. O objetivo desta reunião foi de apresentar o projeto do AFT, quais os seus valores e os seus objetivos para com a comunidade, assim como perceber como uma parceria com o agrupamento acrescentaria valor a ambas as partes.

Desta reunião resultou um conjunto de ideias de colaboração, como a possibilidade da integração do AFT em atividades das escolas através da criação de atividades conjuntas e a utilização do AFT para a apresentação das provas de aptidão profissional (PAP) dos alunos das escolas. O agrupamento cedeu permanentemente ao AFT alguns materiais de carpintaria e mecânica para auxiliar futuras atividades.

#### ***Salpetra***

Durante o período de estágio foram contactadas via telefónica e mais tarde via e-mail, mediações imobiliárias inseridas no município de Ílhavo, a fim de serem estabelecidas parcerias. Deste primeiro contacto realizado, foi fechada apenas uma parceria, com a imobiliária Salpetra situada na Gafanha da Nazaré.

O objetivo desta parceria está na oportunidade de reaproveitar peças de mobiliário que estejam nas propriedades vendidas pela imobiliária e que não tenham valor para os novos proprietários. Caso isto se aconteça, a imobiliária contacta a Junta de Freguesia de S. Salvador que procederá à recolha do mobiliário que será, caso necessário, restaurado pelo AFT e posteriormente redirecionado para um novo proprietário que tire valor deste, podem ser famílias carenciadas ou instituições públicas.

#### ***Green Grease***

O Green Grease é um programa de economia circular que nasce da parceria entre a EcoX, entidade que criou uma tecnologia patenteada pela Universidade de Coimbra que converte os óleos vegetais usados em detergentes ecológicos de elevada biodegradabilidade e a Mistolin Solutions. Este pro-

grama de economia circular vem solucionar um problema ambiental relacionado com os custos relacionados com a remoção do óleo das águas pelas ETARS (GreenGrease, 2020).

O programa funciona através de parcerias com restaurantes, municípios, hotelaria, IPSS e escolas, e baseia-se em quatro fases, a recolha em que são retirados os óleos alimentares usados dos estabelecimentos parceiros, a transformação, em que é filtrado e purificado o óleo para retirar as sujidades provocadas pela sua utilização, a produção, em que são produzidos os detergentes ecológicos e a retribuição, em que é convertido o valor do óleo recolhido em descontos nos detergentes ecológicos. Desta forma, o programa acarreta benefícios a nível ambiental, que para além de “diminuir a contaminação dos lençóis freáticos e a quantidade de óleos e gorduras nas águas residuais e de permitir dar vida a novos produtos, este programa de economia circular reduz a dependência de combustíveis fósseis e preserva os recursos naturais.” (GreenGrease, 2020)

Neste sentido, a Junta de Freguesia de S. Salvador, tendo o Armazém do Faz Tudo como intermediário no contacto, elaboração e promoção da iniciativa, tornou-se parceira do programa. Foram colocados contentores para a recolha dos óleos alimentares usados nas instalações do Mercado Municipal de Ílhavo.



**Figura 19 - Cartaz promocional da recolha de óleos alimentares usados (fonte: autor)**



**Figura 20 - Contentores para a recolha dos óleos alimentares (fonte: AFT)**

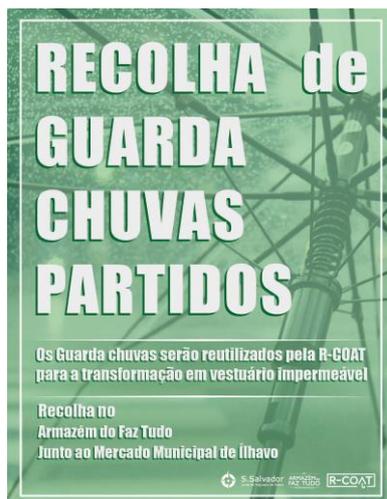
### ***R-Coat***

A R-Coat é uma marca fundada por Anna Masiello que consiste no reaproveitamento de guarda-chuvas partidos e os transforma em peças de vestuário. Baseia-se na valorização de recursos existentes ao invés da exploração de novos materiais, defendendo que as marcas de moda podem, para além de serem mais sustentáveis, serem agentes ativos na redução do que é enviado para incineração e aterros.

Segundo a própria R-Coat, são necessários cerca de sete guarda-chuvas para produzir um modelo. As matérias primas para estes produtos são de contribuição comunitária, sendo que desde a sua criação já foram recolhidos mais e seiscentos guarda-chuvas e atualmente existem dezoito pontos de recolha distribuídos por Portugal dos quais o Armazém do Faz Tudo faz agora parte.

A parceria baseia-se efetivamente num ponto de recolha de guarda-chuvas estragados onde a comunidade pode entregar para mais tarde serem direcionados para R-Coat.

Foi divulgada a possibilidade de entrega dos guarda chuvas partidos ou estragados nas imediações do AFT para que assim possam ser encaminhados para o seu reaproveitamento. Esta é uma iniciativa permanente, ou seja, os utilizadores do AFT podem, sempre que pretendam, contribuir para a recolha.



**Figura 21 - Cartaz promocional da recolha de guarda chuvas (fonte: autor)**



**Figura 22 - Guarda chuvas recolhidos (fonte: autor)**

Estas parcerias são um forte contributo para a coesão territorial e é importante que a rede continue a crescer, através de uma auscultação de instituições locais, dentro e fora do município, que tenham papéis ativos nas comunidades em que estão inseridas e sobre diferentes faixas etárias e grupos sociais, para que sejam discutidas formas de cooperação.

Com o estabelecimento de uma rede coesa, o AFT pode tornar-se um agente ativo na realização das atividades desenvolvidas na comunidade, assegurando que estas são sempre realizadas com consciência ambiental e racionalização na utilização de recursos, assumindo também o papel de consultor.

### **3.3. Campanhas de recolha**

De forma a promover a diminuição dos resíduos atirados para aterros e o aumento da vida útil dos materiais, estava já nos planos para o AFT a recolha de diversas tipologias de equipamentos. Aproveitamos então este período pandémico que restringe a realização de atividades presenciais para a realização de campanhas de recolha que não exigem a permanência dos utilizadores no espaço do AFT.

Para a promoção e divulgação destas campanhas, e tendo em consideração que o público-alvo é maioritariamente a comunidade residente na freguesia de São Salvador, utilizamos as páginas do Facebook do AFT e da JF de S. Salvador, uma vez que a utilização desta rede social já está generalizada na sociedade civil, torna-se num meio eficiente e sustentável para este tipo de divulgação.

À imagem da iniciativa da recolha de guarda chuvas, estas campanhas são permanentes e têm como objetivo ser parte integrante do quotidiano do AFT, pois constituem um papel importante para a dinamização de atividades futuras.

#### ***Doação de ferramentas***

Foi anunciada a recolha de equipamentos/ferramentas que já não tenham utilidade para o proprietário e que possam ser utilizadas por outros elementos da comunidade através da sua disponibilização no AFT.

Esta iniciativa permite diminuir gastos desnecessários por parte da entidade gestora na compra de equipamentos/ferramentas novos e a prolongar o tempo de vida útil dos que existem nas casas dos membros da comunidade.



**Figura 23 - Cartaz promocional da doação de ferramentas (fonte: autor)**



**Figura 24 - Ferramentas recolhidas (fonte: autor)**

Até ao momento foram entregues por parte da comunidade algumas ferramentas (Figura 25) que passaram por uma avaliação em que as ferramentas que estavam em melhores condições encontram já disponíveis para utilização e as ferramentas mais degradadas estão guardadas para que sejam recuperadas.

### ***Recolha de material eletrônico e pequenos eletrodomésticos***

Segundo Forti et al. (2020) num relatório da United Nations University, a produção de resíduos eletrônicos tem atingido recordes, em 2019 foram gerados cerca de 53,6 milhões de toneladas de resíduos eletrônicos que representa 7,3kg por pessoa, estima-se que em 2030 estaremos a ultrapas-

sar os 74 milhões de toneladas. Dos resíduos eletrônicos produzidos, apenas 9,7 milhões de toneladas foram recicladas, isto representa 17,4%.

Dadas estas estatísticas, o AFT organizou uma recolha de material eletrónico que pretende diminuir a má gestão dos resíduos eletrónicos da comunidade. Nesta fase inicial estão apenas a ser armazenados, no entanto, a curto prazo espera-se que estes passem por um diagnóstico para perceber se estão funcionais ou se têm reparação, executando-a se assim se aplicar. Para os casos que não haja aproveitamento possível, o AFT irá encarregar-se que seja feita uma separação justa para a reciclagem dos equipamentos.



Figure 25 - Cartaz promocional da recolha de material eletrónico e pequenos eletrodomésticos (fonte: autor)



Figura 26 - Material eletrónico recolhido (fonte: autor)

Uma das dificuldades encontradas foi a mobilização da comunidade para aderirem às campanhas, considerando todas as recolhas efetuadas, a participação não ultrapassou as dez pessoas. Isto pode dever-se a uma necessidade de melhorar a comunicação para que a informação relativa às campanhas chegue a um maior número de pessoas.

De forma a perceber como colmatar a questão da mobilização da população, devemos olhar para o estudo de Alzamora-Ruiz et al. (2020) sobre as motivações para a participação em iniciativas de economia circular, e rapidamente percebemos que os grandes motivadores são o reconhecimento e o retorno financeiro. Uma vez que as campanhas são de cariz voluntário, devem ser exploradas estratégias que se foquem na atribuição de mérito a quem colabora com as campanhas.

A divulgação e promoção dos bens recolhidos com a identificação de quem os entregou e, por exemplo, no caso de serem direcionados para uma instituição, poderia dar lugar à publicitação dessa ação. Desta forma, no primeiro caso, atribuímos importância ao indivíduo/instituição que realizou o ato da entrega do material, e no segundo atribuímos importância ao ato em si, permitindo que as pessoas se identifiquem com a causa pois passa a existir um registo que fundamenta a campanha da recolha.

## Capítulo 4. Propostas para o Futuro

Durante o estágio foram realizadas as atividades descritas no capítulo anterior, atividades adaptadas ao contexto pandémico vivido durante esse período enquanto eram supridas as necessidades que o AFT apresentava no momento.

O AFT é um projeto recente com muito potencial por explorar. Também durante o período de estágio, e enquanto eram aprofundados os conceitos de economia circular e colaborativa, surgiram ideias para implementar no AFT, mas que devido às limitações impostas pelo tempo não foram passíveis de serem aplicadas.

Neste sentido, o capítulo que se segue é uma proposta de projeto que pode contribuir para o desenvolvimento do AFT. Esta proposta foi apresentada em reunião com o presidente da JF, que se mostrou bastante recetivo para com a sua aplicação.

### 4.1. Plataforma Municipal para a Economia Colaborativa

Uma das propostas para a melhoria do AFT é a criação de uma plataforma digital que facilite a gestão dos equipamentos presentes no armazém, ou seja, que quantifique o stock existente e seja capaz de registar as suas alterações. Não tendo o conhecimento suficiente para o desenvolvimento de uma plataforma com estas características, foi adotado um *software* de utilização gratuita que permitiu catalogar os equipamentos existentes no AFT passíveis de utilização por parte da comunidade, assim como criar um registo dos utilizadores do AFT numa base de dados local, colmatando, temporariamente, esta necessidade. Este *software* permite que, caso haja uma alteração no *stock*, por exemplo, quando um elemento da comunidade requisita um equipamento, é possível saber quem, o quê e quando a requisição foi efetuada. Este processo já estava a ser efetuado de forma manual com recurso ao formato em papel, no entanto, a sua digitalização permite uma otimização do processo, com um fácil acesso a toda a informação. Assim como a diminuição no consumo de papel, enquadrando-se naquilo que são os valores do AFT.

Uma vez que agora existe um registo digital dos equipamentos, o próximo passo poderá ser a sua disponibilização à comunidade, ou seja, tornar a base de dados de acesso público e disponível *online*, em que a comunidade tem acesso ao *stock* de equipamentos em tempo real. Isto possibilita a consulta e eventual reserva prévia dos equipamentos ou mesmo do próprio espaço antes de se deslocarem ao AFT.

Com base neste pressuposto, agregando o princípio da economia colaborativa estudado ao longo deste trabalho e baseado no conceito de cooperativa digital apresentado por Idiakez (2019), é apresentado um conceito para uma plataforma *online* de partilha de bens, equipamentos e conhecimento. É neste sentido que este subcapítulo se insere, com uma proposta de planificação desta plataforma, com um foco no potencial do AFT, mas numa perspetiva que pode ser adotada por qualquer município.

#### **4.1.1. Âmbito Geral**

##### ***O projeto***

A plataforma, que nesta fase chamaremos de Plataforma Municipal para a Economia Colaborativa (PMEC), surge com base no conceito da economia colaborativa. De forma a combater o excesso de consumo, sobretudo de produtos e equipamentos que possuem uma utilização pontual, seria possível pensar em alugar produtos entre dois indivíduos, sem a portabilidade da propriedade dos mesmos, em que um seria aquele que detém o produto, o fornecedor, e o que pretende adquirir a finalidade do produto, o consumidor. Desta forma, o fornecedor adquire receita através deste aluguer, rentabilizando um produto que estaria parado, e o consumidor adquire a finalidade pretendida por um custo mais reduzido em comparação com o que iria ter caso adquirisse a propriedade do produto, evitando também a pegada ecológica relacionada com a compra de novos produtos.

Desta forma, a ideia é a criação de uma plataforma online onde os produtos são disponibilizados pelos fornecedores juntamente com o custo do aluguer, e onde o consumidor pode procurar o serviço pretendido ao preço mais justo, e entrar em contacto com o fornecedor. A plataforma pode ser alocada aos municípios ou juntas de freguesia, integrando-a ou não às suas páginas *online*, ficando encarregues da sua gestão.

Com esta plataforma estamos a criar uma ferramenta de combate ao excesso de consumo e consequentemente diminuimos a necessidade de produção de um produto novo reduzindo os impactos ambientais provocados ao longo da cadeia de produção do produto, menos matérias primas consumidas, menos desperdício e emissões de GEE.

A visão para esta plataforma é a sua aplicação à escala municipal, de forma a que as trocas sejam realizadas dentro de uma comunidade e para que o acesso aos produtos seja o mais próximo possível. Para complementar a plataforma, seria benéfica a adoção de um espaço comunitário, à imagem do AFT, onde seria facilitado o acesso aos produtos e equipamentos, assim como a disponibilização do espaço para a realização de workshops ou formações anunciadas na plataforma.

#### **4.1.2. Produtos e Serviços prestados pela plataforma**

O grande mote da plataforma é a disponibilização de produtos e serviços, e o papel de fornecedor vai para além da disponibilização de produtos ou equipamentos, mas também a disponibilização de conhecimento. A plataforma pode ser utilizada como uma ferramenta de divulgação do trabalho e habilidades desempenhadas por elementos da comunidade, como carpintaria, jardinagem ou design, em que, através da plataforma, poderiam dar visibilidade ao seu trabalho assim como promover a organização de workshops e formações.

Os utilizadores terão de se registar na plataforma através da prestação de dados pessoais, onde é atribuída uma conta de utilizador protegida por uma password. Com esta conta de utilizador, têm acesso a duas tipologias de perfil, a de fornecedor e a de consumidor, na primeira podem publicitar os serviços que estão a oferecer, e na segunda podem pesquisar e adquirir serviços oferecidos por outros fornecedores.

##### ***Aluguer de equipamentos***

O fornecedor pode criar anúncios com os equipamentos que tem disponível para a utilização do consumidor e definir um preço pelo aluguer diário. O consumidor pode procurar o equipamento que mais satisfaz as suas necessidades e o preço que melhor satisfaz as suas possibilidades, tendo também a possibilidade de conversar com o fornecedor através de um *chat* interno para discutir os detalhes da transação. A par do pagamento pelo serviço, deve ser requerida uma caução para assegurar o estado de preservação do equipamento.

##### ***Prestação de serviços***

À imagem do aluguer de equipamentos, o fornecedor pode anunciar as suas capacidades técnicas, quer seja em trabalhos como jardinagem, carpintaria, mecânica ou design, assim como formações e workshops. Desta forma, encontram um lugar para promover o seu trabalho e os consumidores encontram um lugar onde encontrar estes serviços. O método é semelhante ao dos equipamentos, mas ao invés de ser definido um custo diário, é definido um custo pelo serviço em si, que pode depender com a sua tipologia, por exemplo, num serviço de jardinagem, pode ser definido um custo por hora, mas num workshop, pode ser definido um custo por sessão, no entanto isto fica ao critério do fornecedor. Nos anúncios pode também existir um espaço para a descrição onde o fornecedor pode descrever mais detalhadamente o que está a oferecer.

### 4.1.3. Gestão

Uma vez que o objetivo é que a plataforma seja gerida por municípios ou juntas de freguesia, a obtenção de lucros não deverá ser uma prioridade, no entanto, deverá ser projetada de forma a garantir o mínimo de prejuízo. A plataforma pode ser alocada aos servidores do *site* da instituição que gere a plataforma, ou mesmo ser acedida através destes, de forma a reduzir custos relacionados com domínios e hospedagem.

Uma visão para o futuro das instituições que adotem a PMEC é a criação de um armazém comunitário no seio da comunidade para complementar a plataforma. Este armazém é uma mais valia por diversos fatores:

- O armazém serve como central de equipamentos. Colmatando uma das dificuldades que poderia surgir, a disponibilidade entre o consumidor e o fornecedor para efetuar troca dos equipamentos, desta forma, os fornecedores que tenham um horário mais limitado, podem deixar os seus equipamentos ao abrigo do armazém e o consumidor tem apenas de se deslocar ao armazém para recolher o equipamento após efetuar a requisição na plataforma. Por sua vez, na própria plataforma estariam discriminados se os equipamentos estão disponíveis em armazém ou na posse do proprietário do mesmo. A nível logístico, uma vez que os fornecedores deixassem os equipamentos no armazém, a estes seria atribuída uma referência que identificava o proprietário do equipamento. O preço pelo aluguer continua a ser definido pelo proprietário, mas desta vez o armazém recebe uma percentagem sobre o valor do aluguer. Esta medida beneficia o consumidor que tem um sítio onde levantar o equipamento com um horário mais flexível e o fornecedor que não tem que se preocupar com a troca.
- O armazém também pode desempenhar o papel de fornecedor. Tendo o espaço disponível, este pode colocar equipamentos para aluguer de forma a obter receita para a manutenção dos equipamentos e da infraestrutura do armazém.
- O espaço pode ser dinamizado para outras atividades. O armazém não precisa ficar confinado a esta utilização, pode ser também um espaço multifunções, adaptado para os serviços prestados pela plataforma como as formações e os workshops, e uma oficina para reparação e manutenção dos equipamentos que estão a ser utilizados na plataforma, desta forma seria mais um fator benéfico ao fornecedor, pois o espaço pode assegurar a manutenção dos seus equipamentos com a obtenção de uma percentagem nas trocas efetuadas através destes.

No geral, a obtenção de receitas é feita através da percentagem obtida com o aluguer dos materiais presentes no armazém e através do aluguer do espaço para atividades como formações e

workshops, num valor simbólico de forma a assegurar a manutenção do espaço, dos equipamentos e da plataforma.

#### **4.1.4. Posicionamento do AFT**

O AFT já reúne uma grande parte das características anunciadas no modelo, tendo este sido tomado como exemplo na sua elaboração. Já possuem um armazém comunitário bem estabelecido assim como valores e objetivos que vão de encontro ao pretendido na P MEC. Contudo este espaço funciona com base nas doações da comunidade e conseqüente empréstimo, e uma das dificuldades encontradas é exatamente a sensibilização da comunidade para despendem dos seus equipamentos, mesmo que inutilizados. Como foi possível apreender através do estudo de Alzamora-Ruiz et al. (2020), um dos fatores de mobilização da comunidade para a participação neste tipo de iniciativas é o retorno económico que pode ser obtido, portanto, se seguirmos o modelo da P MEC em que é possível capitalizar os equipamentos inutilizados, pode, de facto, gerar uma maior afluência da comunidade para com o projeto.

Os equipamentos presentes no AFT já se encontram contabilizados numa base de dados local, ao colocarmos a informação numa plataforma online onde a comunidade possa consultar e requisitar os equipamentos antes de se deslocarem ao local, estaríamos já perto do proposto pela P MEC.

Apesar da Freguesia de S. Salvador ser central dentro do município, o público-alvo do projeto está muito centrado nos habitantes da freguesia. Este público-alvo poderia ser alargado através de uma parceria com associações e instituições locais, pelo menos uma por freguesia do concelho, para que estes trabalhassem como satélites do AFT. As iniciativas promovidas pelo AFT serão mais disseminadas e poderão existir sinergias no desenvolvimento de atividades por ambas as partes, já que estas poderão desenvolver atividades no seu próprio espaço.

Uma vez que esta rede esteja consolidada e com um número de utilizadores que se considere relevante, pode ser lançada a plataforma online em que estas instituições satélites podem ser uma mais valia, uma vez que podem também incorporar a plataforma online nas suas páginas *web*, e por exemplo, pode ser desenvolvida uma logística interna que permita que estas instituições satélites funcionem como pontos de recolha e de entrega mesmo que o artigo no momento da reserva esteja noutra local.

## Capítulo 5. Conclusões

As preocupações ambientais estão cada vez mais presentes nas políticas europeias. Está evidenciado que o modelo de economia linear praticado atualmente está a criar escassez de recursos no planeta, influenciando o equilíbrio nos ecossistemas e contribuindo para as alterações climáticas que temos vindo a vivenciar nas últimas décadas.

A Economia Circular mostra-se como a alternativa sustentável à Economia Linear, nas suas diversas vertentes. A Economia Circular altera os modelos de produção das indústrias e os hábitos de consumo da população, de forma a que sejam reduzidos o consumo de recursos na forma de matérias-primas e a diminuição de resíduos gerados por estas atividades. Esta transição deverá ocorrer no mais curto espaço de tempo possível e é nesse sentido que os órgãos políticos definiram planos de ação para a economia circular. A União Europeia apresentou o seu plano em 2015, e após isso, os estados membros começaram a elaborar os seus próprios planos.

Portugal apresentou o seu plano de ação para a economia circular em 2017, em que atribuiu um papel de responsabilidade aos governos locais sobretudo no objetivo de consciencialização e dinamização das comunidades para hábitos de consumo mais sustentáveis. Neste aspeto, a JF de S. Salvador tem mostrado a proatividade pretendida, com as candidaturas em 2019, a Eco Freguesia XXI e ao Fundo Ambiental para a criação do AFT.

Na criação do AFT, a JF de S. Salvador aproxima-se das ações propostas pelo PAEC, mais especificamente, “Promover a reparação e reutilização através de um apoio ao desenvolvimento de infraestruturas de reparação e iniciativas dinamizadas pelas juntas e freguesia”, “Educar os cidadãos para escolhas ambientalmente conscientes de bens e serviços” e” Campanhas de comunicação para potenciar a alteração de comportamentos para a redução de desperdício e manutenção de bens e serviços” (Conselho de Ministros, 2017, pag.9). A criação do AFT, não só complementa o trabalho que tem vindo a ser feito no âmbito do programa Eco Freguesia XXI, como é uma janela de oportunidade para o desenvolvimento de atividades direcionadas para a economia circular a nível local.

O AFT encontra-se ainda numa fase embrionária, o crescimento do projeto está a desenvolver-se de uma forma mais lenta devido às condicionantes impostas pela pandemia que limitam a realização de iniciativas que envolvam diretamente a comunidade. Contudo, as iniciativas descritas no Capítulo 3, foram pensadas e realizadas de forma a que, sem a participação direta da comunidade, estejam a ser criadas condições para a realização de atividades futuras, como as descritas no Capítulo 4. Mais especificamente, as campanhas de recolha permitem criar um inventário generoso de equipa-

mentos que são disponibilizados para a utilização por parte da população para ofícios, workshops de artesanato ou atividades de restauro de outros equipamentos. As parceiras estabelecidas, são o princípio de uma possível rede de colaboração entre diversas entidades que poderão enriquecer-se mutuamente. No caso da R-coat, para além da contribuição para um projeto que tem a economia circular na sua génese, esta parceria pode ser uma mais valia em atividades futuras do AFT que envolvam palestras ou formações sobre o aproveitamento de resíduos. E a Salpetra, assim como outras imobiliárias das quais se podem vir a elaborar parcerias, podem contribuir com materiais para a criação de atividades de restauro de mobiliário, que pode posteriormente ser direcionado para instituições solidárias. No fundo, o Capítulo 4 pretende dar um contributo para o AFT, avaliando o potencial do AFT com base na literatura recolhida, em projetos bem-sucedidos e na experiência vivida durante o estágio.

Desta forma, em conclusão, este trabalho tinha como objetivo perceber e avaliar o potencial das instituições locais como impulsionadores do modelo da economia circular e colaborativa. Dada a experiência do estágio na Junta de Freguesia de S. Salvador, acompanhando o trabalho desenvolvido no AFT, é possível afirmar que instituições locais possuem um potencial enorme para a disseminação de práticas circulares, sobretudo as que estão diretamente ligadas aos cidadãos, como é o caso das Juntas de Freguesia e Câmaras Municipais. Obviamente que uma parte importante da transição para a economia circular cabe às indústrias, e foi a pensar neste setor que o modelo foi concebido. No entanto, a procura faz a oferta, e a mudança de consciência do consumidor para práticas de consumo mais sustentáveis irá levar a que essa mudança ocorra também na produção. É neste fator de consciencialização que as instituições locais podem assumir um papel ativo, não só através da dinamização de iniciativas para a comunidade, mas também através de mudanças nas próprias instituições.

Através da revisão bibliográfica foi possível ficar a conhecer melhor o modelo de economia circular e como este se desenvolve noutros modelos como a economia colaborativa, sobre o qual o AFT possui características que permitem explorá-lo no desenvolvimento futuro do projeto. A ideia da existência de um espaço comunitário onde possam ser partilhados bens, equipamentos, mas acima de tudo, a partilha de conhecimento que pode ser complementado com adoção da proposta da “Plataforma Municipal para a Economia Colaborativa”, é uma ideia inovadora que pode tornar-se numa referência para o desenvolvimento de iniciativas semelhantes noutros municípios caso sejam dados os passos certos. Esta plataforma pode ser uma mais valia para o crescimento do AFT, mas é necessário que se trabalhe o projeto, é recomendado que o projeto seja assumido por uma equipa que conheça o contexto territorial da região, as instituições, as empresas e sobretudo as pessoas. Esta equipa pode ser constituída por elementos que já sejam elementos ativos noutras instituições ou

associações. O PAEC e as agendas regionais estabelecem orientações para apoiarem a transição para a economia circular, no entanto, as estratégias deverão ser preferencialmente construídas a partir do local, em colaboração com as pessoas e os agentes locais, pois estes conhecem as raízes do local, as tradições, os hábitos e as rotinas da comunidade.

A economia circular é um tema bastante abrangente na sua forma de aplicação, não existe um guia genérico para uma transição bem-sucedida. No caso de uma instituição local, as estratégias a serem adotadas vão sempre depender da atividade exercida por essa instituição e do contexto social em que esta está inserida. Uma das limitações impostas pelo período pandémico atravessado durante o estágio, foi a recolha de dados empíricos sobre o impacto concreto do AFT na comunidade e a sua influência na mudança de hábitos. Propõe-se assim, para investigações futuras, avaliar se as instituições locais têm de facto influência na mudança da mentalidade da população para comportamentos mais sustentáveis tendo por base a economia circular.

## Bibliografia

- ABAE. (n.d.). *Eco Freguesias XXI*. O Projeto. Retrieved January 22, 2021, from <https://ecofreguesias21.abae.pt/o-projeto/>
- Alzamora-Ruiz, J., Guerrero-Medina, C., Martínez-Fiestas, M., & Serida-Nishimura, J. (2020). Why people participate in collaborative consumption: An exploratory study of motivating factors in a Latin American economy. *Sustainability (Switzerland)*, 12(5), 1–25. <https://doi.org/10.3390/su12051936>
- Barbu, C. M., Florea, D. L., Ogarcă, R. F., & Răzvan Barbu, M. C. (2018). From ownership to access: How the sharing economy is changing the consumer behavior. *Amfiteatru Economic*, 20(48), 373–387. <https://doi.org/10.24818/EA/2018/48/373>
- Botsman, R., & Rogers, R. (2011). *What's Mine is Yours: How Collaborative Consumption is Changing the Way We Live*. Collins. <https://books.google.pt/books?id=eDhsTbjyFlgC>
- CCDRC. (n.d.). *Agenda de Economia Circular do Centro*. Boas Práticas. Retrieved December 15, 2020, from <http://agendacircular.ccdrc.pt/boas-praticas/>
- CCDRC. (2019). *Agenda da Economia Circular do Centro*. [http://agendacircular.ccdrc.pt/wp-content/uploads/2019/10/Agenda-Circular\\_Centro.pdf](http://agendacircular.ccdrc.pt/wp-content/uploads/2019/10/Agenda-Circular_Centro.pdf)
- CM Ílhavo. (2013). *Revisão PDM Ílhavo - Estudos de Caracterização: Enquadramento Territorial*. [https://www.cm-ilhavo.pt/cmilhavo2020/uploads/writer\\_file/document/7343/0110\\_pdmilhavo\\_ec\\_enq\\_reg.pdf](https://www.cm-ilhavo.pt/cmilhavo2020/uploads/writer_file/document/7343/0110_pdmilhavo_ec_enq_reg.pdf)
- Comissão Europeia. (2015). Fechar o ciclo – plano de ação da UE para a economia circular. *Official Journal of the European Union*, 1–24. [http://eur-lex.europa.eu/resource.html?uri=cellar:8a8ef5e8-99a0-11e5-b3b7-01aa75ed71a1.0007.02/DOC\\_1&format=PDF](http://eur-lex.europa.eu/resource.html?uri=cellar:8a8ef5e8-99a0-11e5-b3b7-01aa75ed71a1.0007.02/DOC_1&format=PDF)
- Comissão Europeia. (2016). *Comunicação sobre Uma Agenda Europeia para a Economia Colaborativa*. [https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/pt/IP\\_16\\_2001](https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/pt/IP_16_2001)
- Comissão Europeia. (2019). *COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - Pacto Ecológico Europeu*. [https://eur-lex.europa.eu/resource.html?uri=cellar:b828d165-1c22-11ea-8c1f-01aa75ed71a1.0008.02/DOC\\_1&format=PDF](https://eur-lex.europa.eu/resource.html?uri=cellar:b828d165-1c22-11ea-8c1f-01aa75ed71a1.0008.02/DOC_1&format=PDF)
- Comissão Europeia. (2020). *Mudar a forma como produzimos e consumimos: Novo Plano de Ação para a Economia Circular mostra o caminho a seguir para uma economia competitiva e neutra em termos de clima, aberta aos consumidores*. [https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/pt/ip\\_20\\_420](https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/pt/ip_20_420)

- Conselho de Ministros. (2017). Plano de Ação para a economia circular em portugal, Resolução do Conselho de Ministros n.º. 190-A/2017. In *Diário da República 1ª Série: Vol. 236* (Issue 54). <https://dre.pt/home/-/dre/114337039/details/maximized>
- Ellen MacArthur Foundation. (2017). Cities in the circular economy: An initial exploration. *Ellen MacArthur Foundation*, 16. [https://www.ellenmacarthurfoundation.org/assets/downloads/publications/Cities-in-the-CE\\_An-Initial-Exploration.pdf](https://www.ellenmacarthurfoundation.org/assets/downloads/publications/Cities-in-the-CE_An-Initial-Exploration.pdf)
- Esposito, M., Tse, T., & Soufani, K. (2018). Introducing a Circular Economy: New Thinking with New Managerial and Policy Implications. *California Management Review*, 60(3), 5–19. <https://doi.org/10.1177/0008125618764691>
- FairBnB.coop. (2019). *FairBnB.coop Manifesto*. Manifesto. <https://social.fairbnb.coop/posts/fairbnbcoop-manifesto>
- Forti, V., Baldé, C. P., Kuehr, R., & Bel, G. (2020). The Global E-waste Monitor 2020: Quantities, Flows, and the Circular Economy Potential. In *United Nations University (UNU)/United Nations Institute for Training and Research (UNITAR) – co-hosted SCYCLE Programme, International Telecommunication Union (ITU) & International Solid Waste Association (ISWA), Bonn/Geneva/Rotterdam*.
- Fundo Ambiental. (2019). *Economia Circular em Freguesias (JUNTA+)*. Programa Juntar+. <https://www.fundoambiental.pt/avisos-2019/economia-circular/economia-circular-em-freguesias-juntar.aspx>
- Girard, L. F., & Nocca, F. (2019). Moving towards the circular economy/city model: Which tools for operationalizing this model? *Sustainability (Switzerland)*, 11(22), 1–48. <https://doi.org/10.3390/su11226253>
- Gössling, S., & Michael Hall, C. (2019). Sharing versus collaborative economy: how to align ICT developments and the SDGs in tourism? *Journal of Sustainable Tourism*, 27(1), 74–96. <https://doi.org/10.1080/09669582.2018.1560455>
- Gravagnuolo, A., Angrisano, M., & Girard, L. F. (2019). Circular economy strategies in eight historic port cities: Criteria and indicators towards a circular city assessment framework. *Sustainability (Switzerland)*, 11(13). <https://doi.org/10.3390/su11133512>
- GreenGrease. (2020). *Programa de economia circular Green Grease: a solução para a sua empresa*. <https://greengrease.pt/programa-de-economia-circular-green-grease-a-solucao-para-a-sua-empresa/>
- Hagström, M. H., Gandhi, K., Bergsjö, D., & Skoogh, A. (2020). Evaluating the effectiveness of machine acquisitions and design by the impact on maintenance cost – a case study. *IFAC-PapersOnLine*, 53(3), 25–30. <https://doi.org/10.1016/j.ifacol.2020.11.005>

- Idiakez, F. J. A. (2019). Digital cooperatives as channels for digital work in the context of the collaborative economy. *Boletín de La Asociación Internacional de Derecho Cooperativo*, 54, 75–97. <https://doi.org/10.18543/baidc-54-2019pp75-96>
- Kopnina, H. (2018). Circular economy and cradle to cradle in educational practice. *Journal of Integrative Environmental Sciences*, 15(1), 119–134. <https://doi.org/10.1080/1943815X.2018.1471724>
- Martin, M., Lazarevic, D., & Gullström, C. (2019). Assessing the environmental potential of collaborative consumption: Peer-to-peer product sharing in Hammarby Sjöstad, Sweden. *Sustainability (Switzerland)*, 11(1), 1–19. <https://doi.org/10.3390/su11010190>
- McDonough, W., & Braungart, M. (2002). *Cradle to Cradle: remaking the way we make things* (Farrar, Strauss, & Giroux (eds.); 1st ed.). New York : North Point Press. <https://doi.org/10.1177/0276146704264148>
- Mont, O. (2002). Clarifying the concept of product–service system. *J Cleaner Prod*, 10(3), 237–245.
- ONU. (2015). *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*. <https://unric.org/pt/Objetivos-de-Desenvolvimento-Sustentavel/>
- Ranjbari, M., Morales-Alonso, G., & Carrasco-Gallego, R. (2018). Conceptualizing the sharing economy through presenting a comprehensive framework. *Sustainability (Switzerland)*, 10(7). <https://doi.org/10.3390/su10072336>
- Repair Café. (2020). *Repair Cafés prevent 420,000 kilos of waste in 2019*. <https://www.repaircafe.org/en/repair-cafes-prevent-420000-kilos-of-waste-in-2019/>
- Sheposh, R. (2017). Circular Economy. *Salem Press Encyclopedia*.
- Singh, J., Sung, K., Cooper, T., West, K., & Mont, O. (2019). Challenges and opportunities for scaling up upcycling businesses – The case of textile and wood upcycling businesses in the UK. *Resources, Conservation and Recycling*, 150(August), 104439. <https://doi.org/10.1016/j.resconrec.2019.104439>
- Spring, M., & Araujo, L. (2017). Product biographies in servitization and the circular economy. *Industrial Marketing Management*, 60, 126–137. <https://doi.org/10.1016/j.indmarman.2016.07.001>
- Xiao, S. P., & Huang, Y. J. (2010). The research of the development principles and development model of circular economy. *International Conference on Challenges in Environmental Science and Computer Engineering, CESCE 2010*, 1, 97–100. <https://doi.org/10.1109/CESCE.2010.141>
- ZERO. (2019). *AMANHÃ, 29 DE JULHO, A HUMANIDADE ESGOTARÁ OS RECURSOS NATURAIS DO PLANETA DISPONÍVEIS PARA ESTE ANO*. <https://zero.org/amanha-29-de->

julho-a-humanidade-esgotara-os-recursos-naturais-do-planeta-disponiveis-para-este-ano/  
ZERO. (2020). *DIA DA SOBRECARGA DO PLANETA ATRASOU-SE PARA 22 DE AGOSTO  
MAS A RAZÃO FOI A PANDEMIA E NÃO O PLANEAMENTO*. <https://zero.org/dia-da-sobrecarga-do-planeta-atrasou-se-para-22-de-agosto-mas-a-razao-foi-a-pandemia-e-nao-o-planeamento/>

## **Anexos**

### ***Anexo 1 –Guião de entrevista***

Como nasceu a ideia e consequente projeto do AFT?

Sente que a pandemia interferiu na persecução do projeto?

Como avalia o desempenho do AFT desde a sua abertura?

Que planos estão pensados para o futuro do projeto?